



Boletim Cultural & Memorialístico de São Tiago e Região

Desde 2007 | Ano XIX | Nº CCXVIII | Novembro/2025

Acesse a versão digital em www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivertentes

Cada parede derrubada é uma lembrança soterrada

Casarões centenários vão ao chão, e com eles se desfaz o elo entre o passado e o futuro de São Tiago. Até quando deixaremos nossa história se perder na poeira das demolições?

Página 8

Entre o couro e o caminho, moldou-se a história

Nos rastros das tropas e tropeiros, os seleiros e trançadores deixaram a marca viva do ofício manual que sustentou o Brasil dos sertões. Suas mãos, curtidas pelo tempo, deram forma à coragem, à lida e à beleza de um país em construção.

Página 12

São Tiago encontrou nos vicentinos o coração da caridade

Desde 1908, a Sociedade São Vicente de Paulo cultiva, em silêncio e serviço, a fé que floresce em solidariedade e mantém viva a chama de servir.

Página 14



CARAPUÇA: ONDE A HISTÓRIA VESTE O TEMPO

Entre engenhos, heranças e memórias, a antiga Fazenda da Carapuça guarda séculos de vidas, nomes e vozes que moldaram São Tiago. Hoje, o que foi latifúndio é também lembrança, identidade e território — a Carapuça que serviu, e que ainda resiste.

Página 17

Em 2023, o boletim *Sabores & Saberes* foi chancelado como “projeto que estimula e fomenta o desenvolvimento de uma sociedade sustentável por meio da Educação, Formação e Cooperação”. O reconhecimento, de importância nacional, veio do Instituto Sicoob.



PREÂMBULO

ÉPOCA ESTRANHA – A RAZÃO VIOLADA

Tornamo-nos uma geração distópica, automatizada, convulsionada. A sociedade líquida e do “pânico moral” na expressão do filósofo polonês Zygmunt Bauman, onde o impacto das novidades, mudanças soam-nos incógnitos, estupefacientes, mormente em termos de migrações de forasteiros que irrompem fronteiras, desagregando valores locais consuetudinários, provocando rupturas. O fluxo de capital extraterritorial volátil, ademais, com novos atores capitalistas, impulsionando – dúbios estilos de comportamento, convicções, referências, abusividades – os chamados “migrantes econômicos” estimulados pelo desejo atávico de “sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde” (Bauman – “Estranhos à nossa porta”, 2027, p. 12).

Prossegue o atualizadíssimo pensador polonês: “O influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional”. Época, enfim de incertezas, desajustes, insegurança, ansiedade, depressividade, onde chegamos ao ponto de questionar a nossa fachada de normalidade, quando nos sentimos estranhos em nosso próprio tempo, de como viver e não apenas sobreviver, aliás tema da música “Stranger in these times” da Banda Sum 41.

Estranhos, outrossim, com mentalidade colonizadora, dominadora, explorando os recursos do meio, sem comprometimento coletivo, buscando subordinar a mente e os sentimentos dos “locais”, gerando envenenamento social, emocional, ambiental. Vivem do marketing agressivo, corrosivo, desrespeitador.

A necessidade de se retornar às bases socráticas e platônicas do real sentido da honestidade, autenticidade, autoconhecimento, propósito, respeito à vida e ao outro. A ética, também denominada filosofia ou metafísica dos costumes, onde a conduta moralmente boa e compatível, cumpre-se em função do amor, da lei moral, sob pena de deturpação, inconsistência. A conduta humana tem que ser racional, responsável, apurada como um fim, subordinada ao respeito à humanidade. Toda ação que denota mentira, astúcia, sagacidade é imoral, lesiva à dignidade humana, à universalidade, à sacralidade das relações sociais e espirituais.

O filme “Tempos modernos” (Charlie Chaplin –1936), uma crítica ao capitalismo insano, explorador, passados quase um século, é atualíssimo, temático. A cena de abertura exhibe um relógio, o ponteiro correndo sobre os segundos, denotando um novo tempo – o mundo dominado, administrado pelo relógio – onde tudo, seja o ambiente ou pessoas, são mera extensão da atividade produtiva. A subjetividade é desconsiderada e aos que não se adaptam ou se contrapõem, restam-lhes a prisão, o hospício, a rua...Filme que, contudo, deixa-nos uma mensagem de sensibilidade, humanidade, esperança, onde é possível aflorar soluções individuais em meio à prepotência e o terror do capital...

Estranhos, mormente instituições, em suma, com deficiências caracteriológicas, lastreadas no poder econômico, na superioridade de etnia ou procedência geográfica, que se traduzem em empáfia, soberba, intemperança, hipocrisia, vitupério. Comportamento de feras ainda que disfarçadas de cordeiros, fariseus modernos, com posturas de humilhação, prepotência, presunção, atrevimento, autoritarismo, donos da verdade, a dizer uma coisa e a fazer outra inteiramente diferente. Dai a expressão de Bertold Brecht: “Vivo em tempos sombrios. Uma linguagem sem malícia é sinal de estupidez. Uma testa sem rugas é sinal de indiferença. Que tempos são estes?”

Adivinhas/Charadas



1- Tenho um pacote com balas de morango e de menta. Ao todo tenho 111 balas e há o dobro de balas de morango do que há de bala de menta. Quantas balas de cada tipo eu tenho?

2- No meu estojo tem algumas canetas. Todas são pretas, menos duas. Todas são vermelhas, menos duas e todas são verdes, menos duas. Quantas canetas tenho e de que cor elas são?

Respostas: 1) 74 balas de morango e 37 balas de menta; 2) Tenho apenas 3 canetas: 1 verde, 1 vermelha e 1 preta.

Provérbios e Adágios

- Tanto ladra o cão que trinca a língua.
- Ao homem mesquinho, basta-lhe um burrinho
- A roda da fortuna tano anda quanto desanda
- Soldado em marcha, come o que acha

Para refletir

- Na morte, o pobre nada leva porque nada tem; o rico tudo deixa, porque não pode levar nada.
- A gratidão transforma o que temos em suficiente.
- Quem tem um amigo, mesmo que um só, não importa onde se encontre, jamais sofrerá de solidão. Poderá morrer de saudades, mas não estará só.
- Seja qual for o seu sonho, comece. Ousadia tem genialidade, poder e magia.

RETIFICAÇÃO:

No texto “E tinha frango na mesa”, em nosso boletim nº CCXVII, outubro/2025, em seu 1º parágrafo, onde está escrito: “um frenético, alvoroçado, incontido frenesi” leia-se: “um feérico, alvoroçado, incontido frenesi”
Falha de transcrição, pelo que nos excusamos.

Expediente


credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

O boletim é iniciativa independente, popular, voluntária. Assim, precisa do apoio de São Tiago e região; de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e a preservação da memória coletiva. Contribua conosco! Somando esforços, multiplicamos Cultura e Tradição.

Comissão: Adriana Martins, Elisa Coelho, Fabiana Diéle
Coordenação: Ana Clara de Paula
Redação: João Pinto de Oliveira
Colaboração: IHG – São Tiago
Apoio: Fernanda Cristina de Sousa
Revisão: Fábio Caputo e Sandra Caputo
Jornalista Responsável: Marcus Santiago (MTB 19.262/MG)

Nossa Gente!

Saudoso Geraldo da Cândia, Geraldo do Cavaquinho

Quem conheceu o Geraldo da Cândia, carinhosamente chamado também de Geraldo do Cavaquinho, certamente se recorda dele com ternura — no som da música, na dedicação ao trabalho e na simplicidade do seu jeito de ser.

Geraldo Nicolau de Carvalho nasceu em São Tiago, no dia 10 de janeiro de 1935, filho de José Nicolau de Carvalho e Maria Cândida de Jesus. Tinha por irmãs Ritinha e Cecília. Casou-se com Maria Tereza de Carvalho, com quem formou uma bela família: tiveram sete filhos, sendo quatro mulheres e três homens, além de nove netos e cinco bisnetos, que herdaram o carinho e os valores de um homem íntegro e trabalhador.

Aos quatro anos perdeu seu pai. A mãe dele permitiu que fosse criado com o padrinho Sr. Aderbal, um parente próximo que o acolheu como filho. Aos sete anos, ganhou um cavaquinho, e, curioso e talentoso, aprendeu a tocar sozinho, apenas observando e ouvindo outros músicos. Desde cedo, mostrava que a música corria em suas veias.

Na infância, ajudava a família que o criou — vinha da roça com um cesto grande, cheio de verduras, para vender na cidade. Cresceu aprendendo os ofícios da terra, sempre com esforço e humildade. Já na juventude, partiu para São Paulo, onde trabalhou duro na fabricação de telhas e tijolos, especialmente na SBE — Sociedade Brasileira de Estruturas, uma importante fábrica do setor cerâmico da época.

Mas seu verdadeiro talento estava mesmo nas olarias. Ao retornar a São Tiago, dedicou-se com afinco à fabricação de tijolos em várias olarias da região — trabalhou nos terrenos dos senhores Alberico, Inhozinho d' Aguada, Dário do José Américo, Joãozinho da Arminda, entre outros. Era conhecido como um homem de mãos calejadas, mas de coração sereno e cheio de música.

Na arte de tocar cavaquinho, Geraldo era incomparável. Tocava ao lado dos grandes músicos antigos de nossa comunidade, como Carlos Almeida, Valdemar Almeida, José das Graças, Vanderlei Cardoso e tantos outros. Nas rodas de amigos, com Dário Freitas, Davi do Pampinha e Roque Labareda, também fazia a festa.



Participava de grupos e conjuntos que animavam as noites são-tiaguenses, em bares e outros espaços, mas, especialmente, na Sede Operária e no Forró do Carlos — também conhecido como “Tira-Roupa” —, onde animava os bailes.

Sua filha, Cida Carvalho, relembra com emoção que, quando ele estava tocando em algum bar e via as filhas passando por perto, as chamava para cantar com ele. “A gente morria de vergonha, mas ia. Obedecer aos pais é um mandamento”, conta ela.

Cida, que hoje trabalha como agente de endemias, diz que sente orgulho sempre que alguém que não conhece sua família a pergunta sobre eles. Logo se lembram do seu pai. “As pessoas lembram do meu pai com carinho e falam do dom que ele tinha... do cavaquinho que parecia até falar em suas mãos”, recorda.

Os filhos também guardam vivas as lembranças do tempo em que ajudavam o pai na olaria: fazendo tijolos, carregando e montando a caieira, acendendo o fogo para curar os tijolos. Era um tempo simples, mas cheio de alegria e afeto.



Faleceu em 28 de outubro de 2015, aos 80 anos, deixando muitas saudades e um legado de amor, simplicidade e música. A memória de Geraldo Nicolau de Carvalho — o Geraldo da Cândia, o Geraldo do Cavaquinho — permanece viva no coração da família, dos amigos e de todos que, um dia, se encantaram com o som do seu cavaquinho.

Marcus Santiago

AO PÉ DA FOGUEIRA



O CANDIDATO FRAUDADO – ELEIÇÕES NOS TEMPOS DAS CÉDULAS DE PAPEL

Encerrara a renhida campanha eleitoral com chave de ouro, assim conjecturava. Candidato a prefeito – eleições aí pela década de 1980 – cumprira e bem o figurino da época. Visitara os eleitores, um a um, de casa em casa, o abraço vigoroso, o tapinha generoso nas costas, sorrisos à larga, algum – aliás bastante – mimo para as crianças da residência. Gastara também bons trocados com benesses para eleitores – ajudas para remédios, viagens, construção ou reforma de casa, doação de calçados, até mesmo dentaduras. Comera poeira pelas estradas e socavões do vasto município, gastando solas de botinas, percorrendo fazendas, povoados os mais remotos, cortejando moradores, frequentando todo e qualquer evento social, familiar e religioso – quermesses, novenas, missas, rodeios, rodas de moçambiques, leilões de gado – fazendo-se presente em qualquer solenidade com maior aglomeração de pessoas, fotos com o padre, o deputado, enfim um papagaio de pirata.

Produtor rural conhecido, fora, ademais, vereador por dois ou três mandatos e até vice-prefeito, certa época; atuante sempre em festividades sociais, culturais, religiosas, benemérito do hospital e albergue local, fazendo-o figura popular autenticada pelos moradores. Cultivava um bom reduto eleitoral, a comunidade do Cipó, onde tinha propriedade, com dezenas e dezenas de eleitores fiéis. Não deixara, todavia, de visitar as demais povoações como Andorinhas, Barracão, Xororó e outras, tempos em que considerável parte do eleitorado era rural.

Seu companheiro de chapa, candidato a vice-prefeito, era, igualmente, bem conceituado, chapa robusta com dezenas de candidatos a vereador, todos representativos na cidade, emprestando fortes chances de vitória. Pesquisas realizadas por estudantes do curso de jornalismo e publicidade da universidade de cidade próxima, apresentavam-no com 2/3 das intenções de voto – seja espontâneas ou com simulação/discriminação dos outros candidatos. Favoritíssimo, pois. Favas contadas. Três chapas tinham se lançado, uma delas figurativa, o candidato sequer fizera campanha efetiva. A chapa adversária mais forte era ligada ao prefeito em exercício, gestão desgastada com rumores e mesmo denúncias de corrupção, algo corriqueiro e vezeiro – quase sempre impune – neste País de Cabral. O candidato a vice-prefeito da chapa adversária, comerciante local, era até seu desafeto eleitoral. Não se bicavam bem. Coisas de política interiorana., regada a muitos fuxico, coscuvilhices, intrigas. Contudo, enfim, assim pensava, dispunha de todas as chances de sucesso no pleito.

Eleições processadas, então, em cédulas de papel, urnas abertas daí a uma semana na comarca da região, a grande, abominável surpresa. Fora derrotado por diferença de uns vinte votos, saindo vitorioso o candidato da situação. Incredulidade, indignação. Se-

quer fora uma disputa acirrada, dado o favoritismo de sua chapa, mas para perplexidade geral, os ventos sopraram, estranhamente, em outra direção. Nos bastidores e subterrâneos, pelos bares e trapiches, boatos de fraude grossa. Chamara a atenção o reduzidíssimo número de votos em branco, nulos e abstenções naquela eleição, em contraposição às elevadas estatísticas das eleições anteriores e ainda, comparativamente, de cidades próximas. Uma “participação” maciça de eleitores, embora, ao longo do dia, as seções estivessem, em parte, vazias. Houve recurso por parte de seu partido, mas rejeitado, em fóro superior, pela justiça, surda, muda, cega ante as robustas provas – de que houve trapaça – apresentadas. Com o insucesso no pleito, vítima de processos eleitorais escusos, retornou às suas atividades profissionais. Tomaria, desde então, alergia à política e aversão crônica à justiça, mormente a instâncias superiores.

Prefeito e vice-prefeito, após pouco tempo de empossados, se desentendem feio, trocam farpas afiadas, golpes os mais baixos, assunto que passa à mexerique pública, comentários os mais disparatados, pormenores os mais soturnos, densos, escandalosos. Acordos e conchavos pré-eleitorais não honrados pelo alcaide. Briga de comadres, verdades descobertas.

Eis, certo dia, beirando um ano pós pleito, o nosso antigo candidato, estranhamente derrotado, é procurado em sua casa pelo vice-prefeito, acompanhado de cabos eleitorais. Desculpa-se ante o anfitrião por eventuais contratempos do passado, frutos de litigâncias políticas, mas que ali estava de posse de uma informação bombástica, estrepitosa: de que houvera fraude – e das grossas – na eleição anterior. Expõe ao dono da casa, com números, anotações, documentos irrefutáveis, como foram adulteradas as urnas à época, com o preenchimento de votos em branco (transformados por mesários em voto em prol da outra chapa), troca de cédulas com votos nulos (já havia cédulas oficiais pré-elaboradas para substituição) e o pior, algumas urnas teriam sido violadas quando em trânsito dos locais de votação até a guarida da justiça eleitoral na comarca. Uma enorme engenharia de corrupção fora engendrada, com o conhecimento e mesmo participação de poderosos políticos do partido governante, de forma a garantir a vitória do candidato situacionista, gente deveras influente nas altas esferas administrativas e judiciais de então.

Desiludido, desesperançado, indignado – como milhões e milhões de brasileiros quanto ao rumo do País, ao longo dos anos e de gerações – o “derrotado” e “fraudado” decidiu não tomar nenhuma providência, não mover uma palha sequer, colocando uma pá de cal no assunto, desligando-se de vez da vida política e até mesmo social.



ELEIÇÕES SUSPEITAS E/OU FRAUDADAS – O TEMPO DAS CÉDULAS DE PAPEL

BREVE HISTÓRICO – Desde os tempos do Império, há indícios efetivos de fraudes nas diversas etapas do processo eleitoral, estendendo-se à República, as eleições a bico de pena, o que viria a ser contornado – e com maior confiança, segurança e redução, ao máximo, da intervenção humana – com o uso de tecnologia, urnas eletrônicas, a partir de 1996. As cédulas de papel foram introduzidas pelo governo republicano (1889), cujo processo de contagem era lento, manual, propenso a erros, manipulações, trapagens. O primeiro avanço no sentido da melhoria do processo eleitoral em nosso País foi a criação e estruturação da Justiça Eleitoral (1932). A partir de 1945, com a reinstalação da Justiça Eleitoral, extinta pelo governo ditatorial getulista, o País começou a desenvolver, a duras penas, um caminho mais democrático e a buscar maior legitimidade nas eleições. A fraude era uma forma ou estratégia de embate entre os grupos políticos, envolvendo o eleitor, o voto, o candidato e ainda servidores/autoridades. Em 1955, foi instituída a cédula única com os cargos de presidente e vice-presidente, processo este estendido em 1962 a todas as eleições, padronizando-se a utilização das cédulas.

Eram tempos – até a implantação das urnas eletrônicas – em que não havia a apuração imediata ou em algumas horas após o término da votação, nem os resultados eram divulgados na mesma noite da eleição. As urnas eram levadas para a sede da comarca, muitas delas a dezenas de quilômetros, aguardando a apuração/contagem dos votos, o que, naquela época, levava dias, semanas, fatores que elevavam a temperatura dos ânimos e tensões entre escrutinadores, fiscais dos partidos e eleitores com frequentes alegações de fraude, em grande parte procedentes – uma constante nos tempos das cédulas de papel.

VOTO CACARECO – A interpretação dos votos era subjetiva, gerando tensões, desconfiâncias, acusações mútuas de fraude entre as diferentes facções políticas. As cédulas de papel davam oportunidade, outrossim, a que eleitores “votassem” em candidatos fictícios, como forma de protesto, brincadeira, galhofa. Assim, o macaco Tião do Zoológico do Rio de Janeiro, eleito pelo Partido Bananista Brasileiro do grupo humorístico Casseta & Planeta; o rinoceronte Cacareco do Zoológico de São Paulo com mais de 100.000 votos, foram maciçamente votados nas eleições de 1988 e 1959, respectivamente. Já em 1920, o bode loiô fora eleito vereador, com profusa votação, em Fortaleza. Tratava-se de animal popularíssimo, a perambular pelas ruas da capital cearense, frequentando as sessões da Câmara Municipal, além de estar presente em serestas, recitais, tertúlias, onde quer que estivessem intelectuais. Essa bizarrria persiste, mesmo com candidatos de fato, onde foram/são eleitos, como protesto ou deboche, políticos como Cacique Juruna, Tiririca, etc.

Esse desprezo da população pelo processo eleitoral não se restringe ao Brasil. Na cidade de Talkeetna, no Alasca, em 1997, moradores indignados com a qualidade dos candidatos, elegeram o gatinho Stubbs como prefeito, reelegendo-o até 2017, quando

o bichano veio a falecer. Em Rabbit Hash, também nos Estados Unidos, em 1998, uma igreja, para levantar fundos, lançou a candidatura do cão Goofy a prefeito, vindo a ser eleito.

MODALIDADES DE URNAS – As urnas eram inicialmente de madeira com abertura superior para a inserção dos votos e uma inferior para a sua retirada. A partir de 1950, foram implantados modelos mais leves e mais fáceis de transportar – as urnas feitas de lona branca e/ou marrom – equipadas com zíperes e lacres de chumbo, dificultando a sua violação.

A votação, por meio de urnas eletrônicas, implementada no Brasil a partir de 1996, eliminaria a intervenção humana nos processos de apuração e totalização dos votos de uma eleição. Assim, a praxe de se preencher votos em branco, o que foi/era observado em várias secções, em vários pleitos. Além de inibir fraudes, as urnas eletrônicas permitiriam, com apoio de aparelhos de ouvido, braile, a inclusão de eleitores com deficiência física e assemelhada.

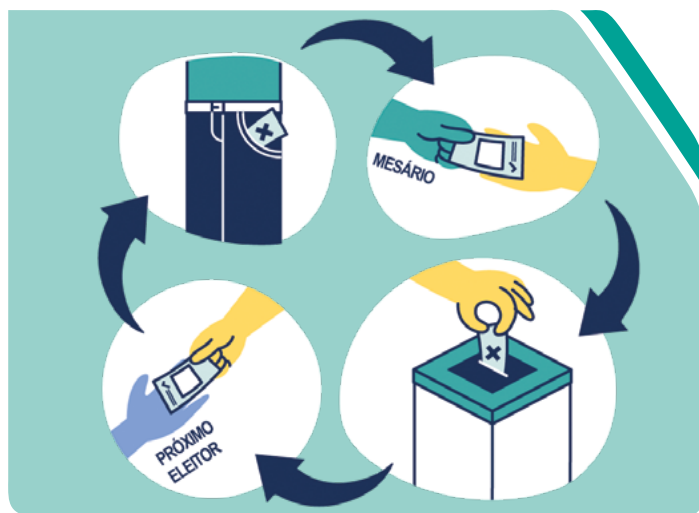
Inúmeros eram os mecanismos de fraudes:

- ◆ “Urnas grávidas” ou “Urnas emprenhadas”, ou seja, quando a votação começava, as urnas já traziam votos (as urnas chegavam às secções eleitorais com votos dentro), o que viria a ser solucionado quando da implantação da zerésima (boletim/relatório emitido pela urna eletrônica antes do início da votação, comprovando que não há nenhum voto previamente computado). Urnas com maior número de votos do que eleitores era algo corriqueiro no passado.

- ◆ “Eleitores-Fósforos” assim denominados porque muitos tinham vários títulos eleitorais e “riscavam” (votavam) em várias secções na mesma eleição. Fraude que foi eliminada com a implantação do cadastro unificado de eleitores.

- ◆ “Mapismo” – outra fraude em que o escrutinador, por conveniência, alterava o placar dos votos.

- ◆ “Substituição de urna” – fraude no transporte das urnas até a secção eleitoral ou ainda até a junta apuradora. Antes de chegar nos locais de votação, as urnas oficiais eram substituídas por outras clonadas, repletas de cédulas preenchidas. Há menção, ainda, à substituição indevida de urnas ou adulteração dos votos quando do trânsito/transporte das urnas, após a votação, com destino ao local da apuração (à época, o fórum da comarca), o chamado “roubo de urna”. Processo praticado sob mando dos “coronéis”, donos dos “currais” com a cumplicidade ou mesmo à revelia de servidores.



- ◆ “Voto formiguinha” – fraude na votação nominal. O eleitor recebia a cédula do mesário, entrava na cabine de votação e, em vez de preenchê-la e depositá-la, guardava a cédula em branco e colocava outra figurativa na urna de lona (ex. um papel em branco). O organizador da fraude – que estava fora da secção – recebia a cédula oficial, assinalava os quadros desejados (de candidatos de sua preferência) e a entregava a outro eleitor. Esse eleitor depositava a cédula já preenchida, pegava a outra (a oficial, em branco) e a entregava ao organizador/responsável pela fraude que repetia, à exaustão, o processo fraudulento.

- ◆ “Voto mágico” – pessoas à mesa que auxiliavam na eleição, en-



tregando/municiando os votantes com material (cédulas, caneta) adicionavam, disfarçadamente, votos extra (cédulas oficiais já previamente impressas, disponibilizadas) na urna. Votos “mágicos” que surgiam do nada, de “mãos bobas” e mudavam o curso da eleição.

FOTO: REPRODUÇÃO



♦ “Voto de curral” ou “Voto de cabresto” – Há casos mais escabrosos, de conhecimento geral, em que as cédulas oficiais estavam previamente nas mãos do chefe político local que as distribuía aos eleitores, em sua maioria oriundos do meio rural, já dispostos em locais sob vigilância ostensiva, os chamados “currais”, geralmente uma casa, um galpão ou oficina. De posse da cédula já marcada, os eleitores eram acompanhados, por algum esbirro a serviço do grupo fraudador, até praticamente a beira da urna, sob coação e intimidação, de forma a se certificar/garantir o voto, processo denominado de “voto de cabresto” ou “voto de curral”.

♦ “Número falso” – Havia, no processo eleitoral de então, a opção do eleitor registrar o nome ou o número do candidato. A fraude consistia no seguinte: as cédulas que continham apenas o nome do candidato eram preenchidas por algum mesário ou escrutinador (fraudador) com o número de outro candidato, o que gerava anulação do voto, por não se saber a real intenção do eleitor.

As fraudes se iniciavam, na prática, bem antes das eleições, culminando até vésperas do pleito. Há relatos de que títulos eleitorais, incluindo transferências irregulares de domicílios (eleitores remanejados fraudulentamente de outras cidades) eram entregues/protocolados “por baixo dos panos”, com a cumplicidade de servidores forenses, no cartório eleitoral da comarca, já inteiramente expirados os prazos legais de inscrição. Era a captação ilícita de sufrágio, quando o contingente de eleitores inchava, em certas seções e cidades, à época das eleições.

Outra modalidade fraudulenta era o transporte irregular, clandestino de eleitores em veículos particulares, à socapa e à revelia das normas emanadas da Justiça Eleitoral. Fraudes, enfim, facilitadas, numa época em que não havia câmeras, celulares, drones – mecanismos que hoje fornecem maior vigilância e restrição a delitos.

“Era grande a dificuldade de se garantir a expressão de voto do eleitor para que fosse consignada no resultado das eleições” afirma o professor e cientista político João Beato. O cansaço físico e mental de se contar, manualmente, milhares de votos comprometia a confiabilidade do processo eleitoral, podendo passar cédulas que não eram registradas ou contados os votos, influenciando no resultado. Nem todos os partidos tinham fiscais em número suficiente em todas as seções, prejudicando o acompanhamento e transparência do pleito. Os fiscais dos partidos ali presentes faziam a festa...

Sobre eleições ver matéria em nosso boletim nº CXXXII – set./2018.

“PÔR A CAPIM”

O escritor João Lúcio Brandão (1875–1948) que viveu em São Tiago, ao final do século XIX, faz referência, em sua obra “Pontes & Cia”, aos métodos utilizados pelos grupos políticos da época em nosso meio – canjerês e jagunços – cujos principais chefes eram o Padre (Pe. Julio) e o comerciante Pontes. Uma das estratégias ou ardís então empregados era o “pôr a capim”, ou seja, evitar, de qualquer forma, utilizando-se todos os expedientes possíveis, que o eleitor duvidoso comparecesse à eleição ou votasse no candidato adversário. Uma lista desses eleitores era avaliada antes do pleito, pelos grupos políticos, programando-se que atitude tomar com relação aos mesmos. Há relatos, entre nós, inícios do século passado, de que grupos de cavaleiros bloqueavam estradas ou intimidavam eleitores adversários do meio rural, até mesmo com uso de violência, impedindo-os de chegar às seções eleitorais da época. Outros eram ameaçados de cobranças vexatórias, de exposição pública acaso incorrentes em eventuais deslizos ou procedimentos socialmente reprováveis (casos extraconjugais, dívidas com agiotas etc). Vejamos um trecho da obra – romance “Pontes & Cia”, de João Lúcio Brandão:

“Na véspera de algum pleito eleitoral, chamava, às contas, o Joaquim Sacristão acerca do serviço feito, passando em revista o pessoal duvidoso.

- Então, que diz do Juca Pinho?
- Firme, só padre!
- E o Papa-Figo?
- Disse que precisa de um chapéu...
- Mande-se dar. E o Zé Tinto?
- Está sem roupa e quer botina...
- É muito luxo. Fique-se o Pontes com ele
- E o Toniquinho?
- Diz que precisa pagar a conta do Pontes que quer tomar a égua dele
- Paga-se a conta; deve ser uma tutaméia

- Vinte mil réis...
- E o Zé Olimpio?
- Esse está de pedra e cal
- O Morte-Certa?
- Nem prá lá, nem prá cá...
- Põe a capim esse maroto. E o Zé da Júlia?
- Assim...assim...
- Também a capim...E o Chico Munheca?
- Está pendendo para o Pontes
- Capim nele...

la longe a nomenclatura e terminada esta, ficavam a capim muitos eleitores. Por a capim, queria dizer, impedir, sob qualquer pretexto, que o eleitor comparecesse à eleição ou oferecesse a oportunidade de ser peitado pelo adversário (...) Eleitor duvidoso, ficava mesmo a capim.

Chegava o grande dia. Magotes de eleitores das duas parcialidades juntavam-se nas esquinas, em casa do padre ou pelos negócios, ostentando á cinta as aparelhadas ou coroas das garruchas (...) Como de costume, o governo vencia e o arraial continuava a vegetar, pachorrento”.

(João Lúcio Brandão – “Pontes & Cia” – 1944 – pp. 18/20)

ALGUNS PROVÉRBIOS OU EXPRESSÕES COM O TERMO ‘CAPIM’

- Não é a cerca que segura o boi no pasto, mas o capim que ele come.
- A burro velho, capim novo (Burro velho gosta de capim novo).
- Há espertos que se fazem de burros para comer capim.
- Em briga de elefantes, quem sai machucado é o capim.

Seriemas

Fabio Antônio Caputo

As margens da estrada de terra que liga a sede do município ao Macuco e a Chapada, da esquina entre Rua Estados Unidos e Rua Dorval Augusto da Mata, no final do Bairro Nações Unidas, até a antiga cava e passando pelas instalações de padarias, é o lar de um grupo de Seriemas. Mesmo acostumados com a tradição da oralidade que sugere a pronúncia “Siriema” parece que realmente o mais correto ou recomendável é Seriema.

É um animal típico do cerrado, do qual se tornou um ícone, além de ser a ave símbolo do estado de Minas Gerais. São grandes aves territoriais, de porte e pescoço esticado, as maiores quase alcançando um metro de comprimento. No universo das maiores aves terrestres que vivem nesse habitat de campos, pastagens e cerrado elas somente perdem em tamanho para as emas. Possuem uma charmosa crista que sugere uma pequena coroa.

Existem somente duas espécies dessa ave: a seriema-de-perna-vermelha (*Cariama cristata*), que conhecemos como nossas vizinhas, e outra, a seriema-de-perna-preta que é encontrada na região do Chaco, na Argentina, Bolívia e Paraguai.

Seu canto peculiar é um dos mais facilmente reconhecidos do Cerrado. Alguns o comparam a uma risada, mas considero que não seja o caso. Não é um canto bonito. É um canto agoniado, entrecortado e contínuo que transmite um toque e um sentido de sofrimento. Mesmo sendo uma ave vai

contra sua natureza não gostando de voar. Sua predileção é correr, o que faz muito bem atingindo até 50 Km/h, quando em caso de perigo e necessidade pode alçar pequenos voos para escapar. Sua dieta é composta por insetos em geral e vertebrados de pequeno porte incluindo roedores, lagartos, cobras e vários tipos de vermes encontrados na natureza, além de uma pequena quantidade de alimento vegetal e grãos. Por ser uma caçadora de serpentes conquista a simpatia dos fazendeiros e homens do campo.

As Seriemas são monogâmicas, da mesma forma que os canarinhos. O casal costuma passar boa parte de sua vida juntos, quando não a vida inteira!

Não é fácil entender o padrão de comportamento desses bichos somente com observações eventuais e descompromissadas. Existem épocas que estão alvoroçadas, correndo para lá e para cá, visíveis e barulhentas enchendo o som ambiente com seu canto estranho. Em outros períodos desaparecem do radar e com o silêncio nem nos lembramos de sua existência.

Ocasionalmente costumam se aventurar até a metade dos primeiros quarteirões da cidade ali permanecendo sem demonstrar receio e nem medo dos homens e dos cachorros. Em ocasiões especiais chegam até a subir e se empoleirar nos muros de nossa casa como se fossem passarinhos pequenos. É uma visita honrada, que nos faz pelo menos pensar ingenuamente que somos dignos desse aceno da natureza.



A toalha e o toalete

Por Sérgio Rodrigues

Às vezes são mal iluminados e cheios de teias de aranha os caminhos da etimologia. A história da palavra toalete, um galicismo datado do fim do século XIX, nos leva a uma dessas zonas de sombra. Mas vamos com calma.

Não há nada de obscuro na própria história da palavra toalete, registrada pela primeira vez em 1881 pelo dicionário Caldas Aulete, com a acepção de “pequeno móvel para objetos de toucador”.

Sua matriz, como se sabe, é o francês toilette, um diminutivo de toile, “tecido”. Em sua língua de origem, começando no século XIV, o tal paninho tinha passado por uma série de expansões semânticas. Por causa do pedaço de tecido sobre o qual se assentavam instrumentos e produtos de beleza na penteadeira, veio a nomear o próprio ato de cuidar da aparência. Por metonímia, acabou batizando também o aposento onde isso se dava. E por eufemismo, já no século XX, virou sinônimo de lavabo e de banheiro. Nas duas últimas acepções, ao contrário das outras, é um substantivo masculino em português.

Como foi dito, tudo é claro até aí. O mistério começa a surgir quando se sabe que os linguistas franceses são resolutos ao situar o antepassado de toile (e, portanto, de toilette) no latim tela, “tecido” – a mesma palavra que em português veio dar em tela e teia (de aranha inclusive, como no parágrafo ali de cima).

Qual é o problema disso? Nenhum, a não ser pela curiosidade um tanto inverossímil de que o português toalha – e



o espanhol toalla – têm uma origem inteiramente distinta, mesmo sendo tão próximos de toile no som e no sentido. Se você pensou que o significado profundo de toilette era “toalhinha”, parece que se precipitou. Ou será que não?

O fato é que, segundo fontes de peso como Corominas e Houaiss, a matriz etimológica de toalha e toalla não é o latim tela. É thwahlja, termo do frâncico, língua germânica falada pelos antigos... francos... pois é. A mesma palavra que deu no francês touaille, um termo que vai caindo em desuso, hoje mais associado à acepção de “turbante ou lenço feminino de cabeça”, mas que no francês medieval queria dizer simplesmente “pano” ou “toalha”.



Nossa história, uma vez mais, lançada ao chão

A Lei orgânica do município de São Tiago reza em seu art. 181 – IV, como instrumento/procedimento, do planejamento urbano a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiental, do patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico”.

O art. 165 reza, por sua vez:

“O município com a colaboração da comunidade protegerá o patrimônio cultural por meio de investimentos, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acatamento e preservação e ainda de repressão aos danos e ameaças a este patrimônio”.

Art. 167 – “Os danos, prejuízos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei”.

Paremos por aqui. Não nos apeguemos à legislação, entre nós, ao que parece letra morta. Nada esperemos de quem deveria cuidar e preservar nosso patrimônio cultural, artístico e histórico.

O que se dizer dos últimos imóveis históricos, reminiscências, alguns do século XIX, lançados ao chão nos últimos tempos na cidade?!

Nossa memória, nosso passado que se esvaem nos desvãos da sanha imobiliária, da insensibilidade individual e coletiva e de autoridades.

São Tiago, embora constituída há três séculos, lamentavelmente, não tem e não teve direito ao passado arquitetônico. As suas últimas edificações atiradas ao pó.

Nenhuma consciência quanto à preservação de seu casarão histórico, familiar, cultural. De nossa arquitetura tradicional, pouco resta.

Objetivo: da inação das autoridades e porque não de todos nós.

Anestesiado, insensibilizar parte da sociedade.

Não há, ao que se diz, nenhum processo local de tombamento patrimonial.

A receita é simples deixa-se o imóvel de cunho histórico se deteriorar e depois consegue-se autorização para demolir, alegando-se riscos de desabamento. Assim, casarões e imóveis centenários foram e estão indo ao chão até não restar nenhum!

Há pessoas, diga-se de passagem, alguns proprietários, cientes do valor histórico do imóvel e desejariam preservá-lo, mas sem receitas suficientes para empreendimento de tal monta.

Tradição, cultura, memória passam longe de muitos de nós, principalmente se abonados por metais ou pelo poder.

Ficam nosso registro, nosso protesto!

Qual o legado deixado às próximas gerações?

Com que nuances, imagens seremos pintados?

Como nos julgarão?

Onde estão os bens protegidos pelo patrimônio histórico do município?

REFLEXÃO:

O espaço urbano com suas edificações, monumentos é transmissor de saberes educativos, políticos, culturais, religiosos, portanto, instrumento essencial de civilidade, cidadania. É o que nos afirma a historiadora Cyntia Greive Veiga, obra “Cidadania e educação na trama da cidade.” EDUSP 2002, P. 28.

Cada imóvel representa uma época com suas técnicas construtivas, estilos, modelos estéticos e toda uma história familiar!

Sugere-se com urgência/com indispensável participação da Prefeitura, Câmara Municipal, Ministério Público e comunidade:

Inventariamento do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural local;

Tombamento (nos casos competentes);

Memorial ou galeria holográfica (artigos e histórias, imóveis locais, mesmo já demolidos);

Conselho Municipal do Patrimônio Histórico com atuação efetiva, como em cidades vizinhas (ex.: Prados, São João del Rei);

Trabalhos de educação patrimonial e histórica desde as primeiras letras;

Realização de Semana do Patrimônio Cultural a exemplo de cidades vizinhas como Resende Costa, Prados (a cargo/ coordenação de Secretária da Cultura) incluindo exposições de fotos, desenhos de casarão antigo (ainda que demolidos), concursos de redação, caminhadas temáticas e afins.

Fundamental para que a comunidade e novas gerações conheçam e reconheçam a nossa história.

O Decreto Municipal nº 3359 de 14/09/2022 designou os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Tiago.

BENS PROTEGIDOS/TOMBADOS RELACIONADOS NO DECRETO:

Capela do Passo da Paixão de Cristo – Praça Ministro Gabriel Passos;
Centro Artístico e Cultural – Praça São Vicente;
Imagem de São Tiago Maior – Salão Paroquial;
Sítio Usina Cachoeria da Vigia;
Forno na Praça Ministro Gabriel Passos;

BENS PROTEGIDOS REGISTRADOS:

Festa do Café com Biscoito;
Folias de Reis;
Violas de Minas;
Roda de Capoeira/ofício de mestre de capoeira;
Semana Santa;
Fontes Urbanas;
Boletim Sabores e Saberes;
Ipês;
Festa de São Sebastião;
Lira Nossa Senhora das Mercês e Imaculada Conceição;

ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS:

E. E. Afonso Pena Júnior;
Matriz de São Tiago;
Memorial Santiaguense e vários itens de seu acervo;
Residências ecléticas – Praça Ministro Gabriel Passos;
Sede Social Santiaguense;
Hotel Minas Gerais;
Igreja de São Sebastião;
Imagens sacras;



Capela de São Pedro da Carapuça;
Cachoeiras e Pedra da Carapuça;
Igreja Nossa Senhora das Mercês e Praça Nossa Senhora das Mercês – Mercês de água Limpa;
Hospital São Vicente de Paulo;
Capela Senhor dos Montes;
Túmulo de Horácio José Marques de Abreu.



A casa que pertencia a D. Nhanhá Gabeth consta/está relacionada como bem histórico. No entanto...

FÁBULAS:

O LEÃO E OS TRÊS BOIS

Por um longo tempo, três touros sempre pastaram juntos. Um Leão, escondido no mato, espreitava-os na esperança de fazer deles seu jantar, mas tinha receio de atacá-los enquanto estivessem em grupo.

Motivo pelo qual, resolveu arquitetar um malicioso plano. Assim, passado algum tempo, por meio de maledicentes calúnias e muitos mexericos que espalhou entre eles, acabou por criar no grupo um desfavorável clima de discórdia, até finalmente conseguir separá-los.

Desse modo, desfeito o grupo por conta dos conflitos criados pelas mentiras, tão logo eles pastavam sozinhos, atacou-os sem receio algum. E um após outro foram sendo devorados, sempre que ele sentia fome.

Moral da história: A união faz a força

O FEIXE DE VARAS

Era uma vez um pai cujos filhos viviam brigando entre si. Ele tentava ensiná-los a evitar aquelas discussões bobas e sem fundamento, mas infelizmente seu esforço era em vão.

Certo dia, cansado dos desentendimentos entre os fi-

lhos, chamou os garotos e mostrou a eles um feixe de varas, dizendo:

— Dou um prêmio para quem conseguir quebrar este feixe de varas.

Cada um dos meninos tentou, curvando o feixe nos joelhos, no pescoço, sem conseguir quebrá-lo. Por fim, o pai, vendo o insucesso de ambos, desamarrou o feixe e partiu as varas uma a uma. E alertou:

— Se vocês se mantiverem unidos, ninguém ousará lutar contra vocês. No entanto, caso se separarem, estarão perdidos.

Baseado em fábula de Esopo.

Moral da história para sua vida prática:

Ouça o que seus colegas têm a dizer, por mais que você não concorde em gênero, número e grau. Ouvir com atenção é uma questão de respeito. Depois que tiver entendido tudo, aí sim, é o momento para você expor seus pontos de vista e suas opiniões. Seja paciente e não se envolva em discussões bobas.

Dê o melhor de si na execução do seu trabalho, ajude seus colegas quando necessitarem e não fique constrangido ao pedir ajuda. Lembre-se: a união faz a força.

Seja solidário e participativo, você só tem a ganhar. A convivência com seus colegas é a oportunidade de aprender novos conhecimentos e habilidades para colocar em prática no seu trabalho e obter resultados mais vantajosos.

Fonte: Internet

MONSENHOR ELOI E SUAS HISTÓRIAS

O nome como identidade e herança de vida

Marcus Santiago
IHGST/ALSJDR

O nome é a primeira marca que carregamos na vida, e talvez a mais duradoura. Ele nos identifica, nos acompanha em todos os lugares e se torna parte de quem somos. Por isso, não é apenas uma escolha qualquer dos pais: é um presente que deve ser dado com cuidado, de modo que não traga constrangimentos nem se torne um peso no futuro.

No Brasil, a lei reconhece essa importância. A Lei de Registros Públicos (nº 6.015/73) determina que o registrador civil deve recusar nomes que possam expor a pessoa ao ridículo ou causar vergonha. Ainda assim, mesmo que um nome inadequado seja registrado, a legislação garante ao cidadão, ao atingir a maioridade, o direito de alterá-lo sem precisar apresentar justificativas. Essa proteção legal mostra o quanto o nome está ligado também à dignidade da pessoa.

Mas essa preocupação não vinha apenas da lei. Na vida comunitária, há histórias de pessoas que também se empenharam em proteger as crianças de nomes que pudessem se tornar motivo de chacota ou constrangimento. Entre elas, destaca-se a figura de Monsenhor Francisco Eloi de Oliveira, sacerdote conhecido por sua firmeza moral e

zelo pastoral.

Relatam os mais velhos da comunidade que o Monsenhor Eloi não admitia que o nome do batizando fosse **incomum**, difícil de pronunciar ou destituído de sentido. Se percebesse que o nome poderia causar constrangimento no futuro ou dar margem a apelidos vexatórios, ele intervinha. Com firmeza, mas também com delicadeza, sugeria aos pais a substituição por um nome mais simples e digno.

Muitas vezes, mesmo que o registro civil já estivesse feito, a criança recebia, no batismo, outro nome — escolhido ali, por ele, diante da pia batismal, antes de receber o sacramento. Desse modo, passava a ser chamada, literalmente, pelo nome de batismo. O sacerdote costumava dizer: *“É melhor mudar aqui do que ver o filho passar vergonha depois”*. E, na maioria das vezes, os pais acabavam aceitando, convencidos de que a preocupação do vigário não era com formalidades, mas com a dignidade e o futuro da criança.

Assim, tanto a lei quanto a prática pastoral do Monsenhor Eloi apontavam para a mesma verdade: o nome deve ser fonte de respeito, e não de sofrimento. Ele é mais que uma palavra escrita em um documento — é identidade, herança e dignidade que se leva por toda a vida.



ANÚNCIOS FÚNEBRES DO ALTO-FALANTES DA MATRIZ

Marcus Santiago
IHGST/ALSJDR

Em Minas, há diversos costumes e peculiaridades típicas de cada cidade interiorana. Em São Tiago, era comum ouvir as notas de falecimento pelos alto-falantes da Igreja Matriz ou da Igreja do Rosário. Talvez por haver menos movimento de carros e pouco barulho, era possível escutar esses anúncios de qualquer ponto da cidade — até mesmo nas regiões rurais próximas — especialmente quando se tratava de falecimentos. Nesses momentos, as pessoas interrompiam o que estavam fazendo para saber quem havia partido.

Os avisos em geral seguiam um mesmo padrão. Primeiro, tocava-se uma música instrumental — geralmente *“Moendo Café”*, de Poly e seu conjunto — que antecedia o anúncio, também usada para achados e perdidos ou comunicados de utilidade pública. Já para os avisos de falecimento, era executada a *“Ave Maria”*, de Schubert.

Quando a melodia começava, as pessoas já sabiam que se tratava de uma nota de falecimento. O anúncio era feito da seguinte maneira: *“A Paróquia de São Tiago cumpre o doloroso dever de comunicar o falecimento de fulano de tal. Seu corpo está sendo velado em sua residência, na Rua tal, número tal, no Bairro tal. A missa de corpo presente, ou encomendação, será realizada na Igreja Matriz, seguida do sepultamento no cemitério local, às tantas horas.”* Esses comunicados eram repe-



tidos três vezes, para garantir que todos ficassem informados.

No final da década de 1990, os anúncios passaram por mudanças, especialmente com a chegada dos novos párocos que sucederam o Monsenhor Eloi. A nova fórmula era: *“A família de fulano de tal comunica o seu falecimento. O corpo está sendo velado em sua residência, na Rua tal, número tal, no Bairro tal. A encomendação será na igreja tal, e o sepultamento ocorrerá às tantas horas.”* Nesse período, a *“Ave Maria”* foi substituída pela *Marcha Fúnebre*, de Frédéric Chopin, e o fundo musical permanecia durante o comunicado, com os toques mais intensos da marcha sendo suavizados gradualmente ao longo do anúncio.

Com o tempo, o serviço de alto-falantes foi se extinguindo, e os comunicados passaram a ser transmitidos pela rádio local — **União FM 87,9**. Mais tarde, com a chegada da pandemia, os anúncios de falecimento foram definitivamente retirados dos alto-falantes das igrejas.

A letra do médico

Fabio Antônio Caputo

Letra de médico é uma chacota, uma ironia, um entendimento pejorativo que a maioria leiga dirige ao costume que os médicos têm de preencher receitas, prontuários e outros textos correlatos utilizando uma caligrafia ilegível, impossível e indecifrável. Garrancho e Garatuja pode até servir de um bom nome para uma dupla caipira cômica, mas não cabe no receituário e na relação médico paciente quanto este sempre está fragilizado, mas tem o direito de saber o que vai tomar. É um costume arraigado, é cultural, que absorvemos até com um toque de bom humor, mas não pode persistir.

Explicações para esse fenômeno existem, mas são meio cambetas e desequilibradas. A primeira afirma que, sendo o curso de medicina muito extenso, difícil e pesado os alunos tinham que fazer muitas anotações e de forma rápida, o que desfigurava sua caligrafia. Depois de formados, na clínica diária com o preenchimento massivo de receitas em consultas e plantões sem fim o quadro só piorou. Outra versão relata que antigamente os remédios eram manipulados e que a letra incompreensível era um código somente entendido pelo médico e o farmacêutico manipulador impedindo interferências alheias, inclusive do paciente, buscando segurança e proteção. Hoje, com a predominância absoluta dos medicamentos de alopatia o costume é mantido, como que preservando um clube particular de acesso restrito. Finalmente existe uma tese esperta que diz que tudo isso é normal, que é assim mesmo, pois o médico é o único profissional cuja letra é consumida pelo público! Na verdade ninguém conhece ou precisa ou se preocupa em avaliar e conhecer a letra do engenheiro, do advogado e do coronel.

Para a "Prescrição Médica Ilegível", um nome bonito para a letra feia, o Conselho Federal de Medicina (CFM) já tem uma posição consolidada. Em 2000 foi publicada a Resolução nº 1.601/2000 contendo em seu artigo 39 uma determinação no sentido de que as receitas médicas sejam legíveis, escritas por extenso e sem a utilização de abreviaturas, responsáveis por muitos enganos, erros e omissões. Os números e as posologias devem ser bem expressos, para não gerar dúvidas. O Código de Ética Médica, paralelamente, registra em seu capítulo terceiro, que trata da responsabilidade profissional, uma determinação que veda a utilização de formas secretas ou ilegíveis no aviamento de receitas e confecções de atestados.

Receitas médicas ilegíveis representam factualmente um risco considerável para a saúde do paciente, podendo levar a erros de medicação, administração incorreta de substâncias e até mesmo a eventos adversos graves, incluindo óbitos. Como dado de pesquisa coletado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no ano de 2022, anotou em seus registros 1.234 casos adversos diretamente ligados a ilegibilidade de receitas médicas, dos quais 147 resultaram em óbitos. Este é um dado alarmante, mas a resposta dos envolvidos não pode ser alarmista e sim consciente em todas as partes envolvidas.

Um remédio para esse problema, com o perdão pela ironia, já existe a um bom tempo, esperando somente por se tornar

universal: a informatização e digitalização. Existe software de prateleira para gerência e administração de consultórios médicos automatizando e acelerando prontuários e receitas. Uma receita antiga pode ser mantida ou adaptada na próxima consulta facilmente. O "copia e cola" também pode gerar erros inesperados, mas nada é tão fácil.

Em Bom Sucesso havia um médico afamado, considerado e querido por muitos moradores de São Tiago, já falecido, cujo nome será omitido por um inútil escrúpulo de anonimato, pois todos logo saberão de quem se trata. Dentro de seu histórico profissional consta muito trabalho em São Tiago e muito acolhimento de cidadãos deste município quando iam até a sede da comarca da região à procura de medicina. De certa feita Dona Fulana levou ao referido médico o seu pequeno filho que estava atrasado na capacidade de falar. Depois de atendido, diagnosticado e tratado, no seu devido tempo o garoto abriu o falador se tornando um animado e simpático tagarela em tempo integral. Muitos anos depois Dona Sicrana, com a filhinha na mesma situação e sabendo da anterior história de sucesso, também se dirigiu ao mesmo doutor, apresentando somente uma ressalva: "– Por favor, cura a minha filha, mas não tão bem quanto o senhor fez com o filho da Fulana!". Ela conseguiu seu intento, mas isso são outras histórias!

Depois dessa introdução relata-se que este médico, depois de tantos anos de trabalho e responsabilidades acumulou riqueza suficiente para também se tornar fazendeiro. Durante uma consulta e antes de passar a receita para seu paciente, um homem humilde, recebeu uma ligação do encarregado da fazenda passando uma lista de compras necessárias para levar a cabo um serviço de cerca entre pastos, anotada pelo médico em paralelo ao andamento da consulta. Atendimento médico encerrado, paciente foi embora com sua receita preciosa, e a vida continuaria sem graça até que pouco depois retorna o paciente ao consultório. Todo tímido e sem jeito diz que o pessoal da farmácia não entendeu o pedido. O médico ficou assombrado, pois os farmacêuticos já o conhecem há décadas e entendem bem sua letra: "– Entender a letra eles entenderam Doutor, mas não sabem como vender o que o senhor pediu!". Dois rolos de arame farpado, três dúzias de moirões de eucalipto e dois quilos de prego grampo polido para cerca! Se for invenção ou se não foi exatamente assim a história continua sendo excelente!

Finalizando, alguém teve uma boa ideia para se vingar dos médicos rabiscadores:

POEMA PRA MÉDICO LE

para um la la
para um la la
para um la la
para um la la
para um la la

www.facebook.com/escriveporemendo

AGRADES
PÉIS

P.S.: Dr. Carlito, Carlos Herbert de Almeida, médico da terra que na terra permaneceu, pessoa de bom coração e cunhado precioso que a vida me trouxe, aceitará a fração desse puxão de orelha que lhe cabe. Sem reservas, espero.

TRADIÇÕES E ARTES ANTIGAS



As fronteiras brasileiras foram alargadas por bandeiras e monções, em especial nos séculos XVII e XVIII, desbravando-se sertões, ocupando-se territórios invios, escravizando silvícolas, descobrindo-se minas de metais e pedras preciosas. Inúmeros caminhos foram criados, partindo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais em direção ao centro-oeste do País, sendo um deles o “Caminho de Goiás”, que atravessava extensivamente nossa região.

Ao longo do “Caminho” ou “Picada de Goiás” estabeleceram-se roças, pousos para as tropas, aglomerações de pessoas, pequenos empórios de negócios, que viriam a ser o embrião de futuras povoações e cidades. As tropas que por ali passavam eram consumidoras, em especial de alimentação, mas igualmente disseminadoras e veículos de transporte do excedente da produção local para tantos outros locais. Não só lavouras, mas a pecuária se instalariam pelos campos e relevos mais planos – criação de bovinos, muas, equinos, ovinos, além de suínos e aves – desenvolvendo e fortalecendo não só a vocação agrícola, mas igualmente a criação e abastecimento de animais. Daí e em consequência, um forte comércio de carnes, couro, lã, leite, ovos, bem como de animais de tração, carga e montaria. Supriam-se assim os habitantes e moradores daquele meio e ainda os viajantes que, por ali, passavam.

A existência de matéria prima farta, a necessidade de transporte de mercadorias e gado, permitiram o surgimento, para toda a região, de um grande número de atividades, ofícios, de profissionais ligados ao suprimento e abastecimento das necessidades das tropas, fossem de carga ou gado, como vaqueiros, boiadeiros, tangerinos, tropeiros, curtidores, carreiros de bois, sapateiros, seleiros, trançadores de couro, açougueiros, bem como oficiais que trabalhavam com metais (ferreiros, ferradores, funileiros), com madeira (carpinteiros, tanoeiros), com palha e fibras (cesteiros, jacazeiros, responsáveis pela cestaria em bambu, vime, cipós). Comum a pessoa ser polivalente, ou seja, ter vários ofícios e habilidades. As tropas – é bom lembrar – realizaram, até meados do século XX – boa parte de transporte de mercadorias País a fora. O surgimento do transporte ferroviário na 2ª metade do século XIX e depois o rodoviário, a partir da 2ª década do século XX levaria ao declínio e desaparecimento das mais diversas atividades profissionais a elas relacionadas.

Necessidades e Utilidades das Tropas – As tropas carregavam toda sorte de produtos – farinha de milho e mandioca, feijão, polvilho, carnes seca e fresca, milho, aguardente, bem como armas, ferragens, pólvora, móveis, tecidos, cerâmica, tralhas de couro, para o que necessitavam de mulas, burros, cavalos e de toda sorte de apetrechos e equipamentos indispensáveis às suas árduas viagens pelo interior do País. O couro, fosse bovino ou de animais selvagens, era uma das matérias primas mais essenciais à época, utilizado na confecção de calçados, apetrechos de montaria, peças de vestuário etc. Os tropeiros eram grandes consumidores dos produtos e artefatos de couro como chapéus, cintos, bruacas, capas, guaiacas, botas, gibões, bainhas para facas e canivetes, todos comuns à sua indumentária e à sua lide cotidiana. Eram, sobretudo, vaidosos no trajar e no orgulho de sua montaria. A tropa era bem cuidada, os animais com cascos aparados, pelagem escovada, crinas cortadas, tralhas com arreios bem cuidados, os metais reluzentes, o que era sinal de sucesso profissional, quando não de galanteria, atraindo a atenção geral.

Os artesãos que trabalhavam com couro e metais eram bastante requisitados, valorizados, dando origem a grandes empresas industriais nas áreas de selaria, funilaria, cutelaria, vestuário, calçados, enquanto outras atividades, como o seleiro e o trançador de couro, ficariam na área artesanal.

O TRABALHO COM O COURO – Seleiros e trançadores de couro foram profissionais imprescindíveis ao tempo das tropas e cangalhas. Responsável pela confecção de arreios, o seleiro trabalhava tanto o couro cru, mais duro, como o couro curtido ou solado, este mais mole e suave, contudo menos resistente à tração e às lides pesadas do campo.

Os arreios exigiam, por vezes, peças diversas e específicas, conforme os tipos de relevo e vegetação. Assim os arreios das regiões mais íngremes e montanhosas exigiam, eram acrescidos de peitoral, reforços traseiros como as aranhas e rabichos, que ajudam a prender melhor os arreios nos animais, evitando escorregarem para a frente. Da mesma forma, nessas regiões montanhosas, as cabeças dos cascos eram e são maiores, conferindo maior segurança ao cavaleiro. Algumas cabeças de cascos eram bem elaboradas, possuindo desenhos gravados ou talhados no couro cru ou ainda revestidas com chapas de prata ou alpaca, decorados com flores, frutas ou nomes em alto relevo, realçando a condição social do proprietário.

Sob o arreio vai o baixeiro, que pode ser de lã ou algodão, com a função de proteger o lombo do animal e evitar o contato do suor do animal com o arreamento. Acima do casco, vai uma manta de lã (coxonilho) ou de pele de carneiro (pelego) para comodidade do cavaleiro. Sobre este, vai a baldrana, espécie de capa de couro (de boi ou de veado mateiro), presa ao animal pela sobrecilha (sobre-chincha). A baldrana possui bolsos em suas laterais que servem para o cavaleiro colocar ob-

jetos pessoais ou mesmo pequenas rações de comida para se servir durante as longas viagens. A baldrana, por estar à vista, por cima da sela do animal, recebiam do seleiro tratamento especial como ornamentos gravados, costuras bem processadas, acabamentos em franjas e detalhes artísticos, que em muito valorizavam a peça, inclusive o preço final de venda.

As oficinas artesanais de arreios, antigas selarias, tão comuns nos arraiais e cidade em tempos idos, praticamente desapareceram nos dias atuais. Geralmente, uma tradição familiar de pai para filho ao longo de gerações. Arreios, feitos nas fabriquetas e ateliês caseiros pelos velhos seleiros, são hoje encontrados em museus e coleções particulares. Em nosso meio, até meados do século XX, eram encontrados seleiros, alguns celebrizados, como o sr. Carlos Caputo (Caboclo), sr. Júlio Seleiro. Homens que dominavam a arte de trabalhar o couro, produzindo artesanalmente – ou mesmo reformando – rédeas, cabrestos, laços, guasqueiros, cintos, coldres, arreios em geral. Muitos aplicavam fino acabamento e excelente qualidade às peças. A produção hoje é em escala industrial, em empresas especializadas, não mais sobrando espaço para o trabalho manual, individual de nossos antigos artesãos.

Para laçar o gado nas fazendas, em rodeios, praças, exposições, não bastava a habilidade do laçador. Necessitava ele de um bom instrumento de trabalho, confeccionado 100% manualmente, produção artesanal, portanto pequena e muitas vezes, personalizada. Um laço tem em média 21 metros. Com

um bom couro, pode-se fazer, no máximo, dois laços. O trançado do laço pode ser feito em quatro, seis ou oito tentos, que vão sendo molhados à medida que a trança é feita, permitindo maior maleabilidade e melhor acabamento. O grande segredo da confecção é a finalização nas extremidades, em que uma trança se prende à argola de metal e a outra em que a trança é simplesmente finalizada. O laço não pode se desprender da argola nem desfiar, exigindo habilidade e até mesmo sofisticação.

TRANÇADORES – O trabalho do trançador começava na escolha do boi, sendo o couro do boi araca, pela sua coloração escura com rajas marrons clara ou amareladas, o preferido pelos artesãos. O couro não podia conter cicatrizes, bernês, defeitos estes que tornavam o couro quebradiço e frágil. A secagem do couro era feita, preferencialmente, no período da seca, evitando-se dias ou fases úmidas. Era aberto, com total cuidado, no próprio local do abate, a seguir lavado por dentro e por fora e dali espichado inteiro no sentido transversal, a meia distância entre a cabeça e a cauda. A técnica de espichar o couro é de suma importância na preparação. O couro é estirado (estaqueado) com cordas e ganchos numa armação de varas ou num quadro de madeira, para tal retirando-se a vassoura da cauda, perfurando-se o couro a intervalo de um palmo, prendendo-se dois ganchos a cordas nos cantos da parte dianteira, depois nos cantos traseiros, espichando-se ao máximo, prendendo-se a corda no quadro ou varal, espichando-se após as laterais, de forma a secar bem.

Findo esse processo, o quadro é posto em pé, encostado ou acima em uma árvore ou parede, procedendo-se a limpeza dos restos de gordura e carne, com uma faca ou facão bem afiados. Deve-se ter o cuidado de proteger o couro contra chuvas e umidade. Passados quatro a cinco dias de secagem, raspa-se o pelo do couro, fazendo-o ainda descansar cerca de dois dias no quadro, findo o que pode ser retirado, tendo-se o cuidado de retirar as beiradas furadas pelos ganchos. Recomendável ficar mais uns dois dias descansando fora do quadro, estando finalmente pronto para ser trabalhado: cortado e tiras e trançado.

Após o processo de secagem, a peça de couro é cortada circularmente, como se fosse um único fio, que os artesãos chamam de tento. Este fio, que fica em média com mais de 200 metros de comprimento, recebe ainda uma segunda secagem, e daí preparado efetivamente para sua transformação em laço. A última parte, pois, é o trancamento, feito com quatro, seis ou oito tentos, variando com a finalidade ou o gosto de quem vai usar o laço. Para evitar que o tento se desfaça, enquanto

é trançado, o artesão utiliza-se de um grude, feito com resíduos de couro cozido. Ao final, são afixadas as argolas e presilhas nas pontas de cada laço. Uma técnica que exige destreza, força de vontade, dedicação.

O trançador era um profissional muito requisitado pelos tropeiros, tanto para consertos e fornecimento de tralhas, quanto para confecção de objetos de uso pessoal, cujas encomendas eram feitas à passagem das tropas pelas cidades. Os objetos mais requisitados eram rédeas, rebenques, relhos, loros, barriqueiras, laços de doze ou treze braças, cabeçadas, peitorais. O trançador trabalhava com ferramental simples, mas muito útil, como canivete, faca, alicate, sovelas, vazadores, agulha e linha e ainda, conforme o caso, com tala (espécie de morsa de madeira, a que o trançador segurava dentro as pernas), fieiras (pedaços de madeiras com ranhuras onde se prendida o canivete, utilizando-o como padrão para o corte das tiras de couro em espessuras pré-determinadas). As fitas de couro eram então trançadas de inúmeras formas, fossem mais simples ou complexas, podendo chegar a 18 ou 21 tentos, isto é, tranças que se utilizavam do enredamento simultâneo de 18 ou 21 tiras de couro).

Além do couro cru ou solado, os trançadores utilizavam-se de outros materiais, como o sedém da crina ou da cauda de cavalo, muito utilizados para a confecção de rédeas para cavalos e bestas de carga. Algumas peças como peitorais exigem a fixação de argolas de metal, estimulando a criatividade do trançador (colocação de argolas e argolinhas em fileiras duplas, com enfeites dependurados). Em nossa região, um dos mais afamados trançadores foi o sr. Antonio Monteiro (Resende Costa).



MINIGLOSSÁRIO

Alforje – cesto, canastra; saco duplo, fechado nas duas extremidades e aberto ao meio, formando duas bolsas ou porções iguais, usado geralmente ao ombro para dividir o peso transportado

Baixeiro (Enxerga) – peça feita de fibra animal ou vegetal, aposta sobre o lombo do animal

Baldrana (Badana) – capa feita em geral de couro de veado mateiro

Bruaca – bolsa: saco ou mala rústica, de couro cru, para transportar viveres, objetos, mercadorias, que vão/estão acondicionadas sobre as cangalhas ou na traseira de arreios e selas.

Cabresto – correia ou corda de couro (ou sisal) apenso à cabeça do animal, utilizado para amarrá-lo (o animal)

Cangalha – artefato de madeira ou ferro alcochoado, que se apõe no lombo da alimária para dependurar cargas dos dois lados.

Cargueiros – animais (o grosso da tropa) que carregavam os fardos e cargas

Cilha – tira de couro que passava por cima da cangalha e sob a barriga do animal

Cincherro – sineta que pende do pescoço dos animais (chamados “madrinhas”) cuja sonoridade, ao se movimentar, serve para guiar a tropa ou rebanho.

Comitiva – grupo de componentes de uma tropa em viagem

Culatreiro – animal mais dócil, habituado a andar por último

Jacá – cesto trançado de taquara ou cipó, geralmente preso no lombo dos animais, usado no transporte de cargas; balaio

Madrinha – guia da tropa, geralmente uma mula ou égua mansa

Pelego – peça feita de couro de carneiro com lã, aposta sobre o arreio, para maior comodidade do cavaleiro

Ponteiro (Dianteiro) – o animal dominante da tropa, que não se deixava ultrapassar por outros animais

Retranca – tira ou corda de couro passada na garupa do animal

Sela – arreio

Serigote – tipo de arreio que não possui cabeça

Silhão – arreio próprio para mulheres, com montaria de lado

Sobrecilha (Travessão) – cinta de couro que prende a baldrana ao arreio e ao cavalo



SSVP EM SÃO TIAGO: UMA TRAJETÓRIA DE FÉ, SOLIDARIEDADE E SERVIÇO AO PRÓXIMO

Fernando de Castro Campos

A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) foi fundada em São Tiago/MG em 02 de novembro de 1908, inspirada nos princípios cristãos de caridade e fraternidade que marcaram o movimento iniciado pelo Beato Antônio Frederico Ozanam na França, em 1833.

A primeira conferência vicentina criada em nossa cidade recebeu o nome de Conferência São Vicente de Paulo. Em sua formação inicial, contava com 36 confrades, que foram homens movidos pelo ideal de servir aos mais necessitados da comunidade. O primeiro presidente foi o Sr. Vicente Gaudêncio de Sousa, tendo como vice-presidente Sr. Francisco de Paula Sampaio e tesoureiro Sr. Josino Alves da Silva Rodarte.

Entre os confrades fundadores também figuravam nomes como Hugo G. Almeida, Ignácio Pantaleão de Paula, Luiz de Freitas, Olympio José de Castro, Joaquim Marques da Silva e João Mendes, entre outros cidadãos de fé e espírito solidário. Naquele período, não havia um local fixo para as reuniões, que eram realizadas em diferentes espaços, conforme a disponibilidade dos membros.

Desde sua criação, a Sociedade teve como missão amparar pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, oferecendo ajuda material e, sobretudo, apoio humano e espiritual. Essa atuação constante consolidou a presença da SSVP como um dos mais importantes instrumentos de caridade na história social e religiosa de São Tiago. Se encontravam regularmente para orar, refletir e planejar ações de ajuda. Desde os primórdios, a Sociedade em São Tiago se destacou pelo empenho de seus membros e pela adesão da comunidade paroquial, que reconhecia nos vicentinos verdadeiros exemplos de fé viva e caridade ativa.

Com o passar dos anos, a Sociedade São Vicente de Paulo de São Tiago passou por momentos de renovação e desafios. Na década de 1980 houve um aumento de novos membros. Especialmente crianças e jovens, ingressaram na conferência, garantindo a continuidade da missão vicentina. O grupo também adaptou suas práticas às novas realidades sociais, sem perder o espírito original de serviço humilde e fraterno.

Segundo vicentinos mais velhos no movimento, durante o período do paróquiato do Monsenhor Francisco Elói, a Sociedade viveu um de seus momentos de maior vitalidade, recebendo doações mensais do mesmo e ampliando suas ações de solidariedade. O número de conferências cresceu e o espírito vicentino se espalhou por diferentes comunidades urbanas e rurais do município.

Inicialmente, as conferências eram formadas exclusivamente por homens, refletindo o modelo original da sociedade da época. Com o passar dos anos, as mulheres passaram a integrar ativamente os grupos, trazendo novas energias e perspectivas. Essa mudança marcou uma transformação geracional, com a tradi-

ção vicentina sendo transmitida de pais para filhos e mantida viva através do tempo.

Ao longo das décadas, a Sociedade São Vicente de Paulo de São Tiago vem consolidando sua presença por meio de diversas iniciativas voltadas à promoção humana e ao amparo dos mais pobres. Entre as principais atividades e gestos concretos desenvolvidos como as visitas domiciliares aos enfermos, partilha de uma palavra amiga e de encorajamento, doação de alimentos e roupas, auxílio a doentes e idosos, Campanha de Natal, dentre outras.

A atuação da Sociedade não se limita apenas à assistência material. Inspirados pelo lema vicentino "Servir em esperança", seus membros buscavam também fortalecer a fé e a dignidade das pessoas assistidas, promovendo uma verdadeira evangelização social.

A trajetória da SSVP em São Tiago não esteve isenta de desafios. Durante a pandemia e o período posterior, houve queda nas doações e na participação dos membros, o que impactou temporariamente as atividades, principalmente no período pandemia e pós pandemia. Ainda assim, o compromisso com a caridade e a fé permaneceu firme.

Atualmente, a Sociedade São Vicente de Paulo de São Tiago é composta por 10 conferências ativas, segundo dados de agosto de 2025, possui 99 confrades, que mantêm o trabalho social e religioso na cidade e na zona rural: Conferência São Vicente de Paulo (Centro), Conferência Nossa Senhora Aparecida (Bairro Cerrado), Conferência Nossa Senhora de Fátima (Bairro Nações Unidas), Conferência Jesus, Maria e José (Bairro Cerrado), Conferência Nossa Senhora do Rosário (Bairro Cerrado), Conferência São Sebastião (Bairro Cruzeiro), Conferência São Sebastião (Povoado Fundo da Mata), Conferência Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Centro), Conferência São Camilo de Lélis (Bairro Cerrado) e Conferência São Pedro (Povoado São Pedro da Carapuça). Cada conferência faz a sua reunião semanal e no primeiro domingo do mês há a reunião de todos do Conselho Particular. Seu legado permanece visível nas obras realizadas, na memória dos que dela participaram e na gratidão das famílias beneficiadas ao longo de gerações.

Entre as parcerias mais importantes está a Casinha de Caridade, fundada em 2008, pelo missionário Tiago Eduardo de Paula, que ganhou dois lotes como herança familiar e desde 2019 colocou o espaço a disposição da Sociedade São Vicente de Paulo. Localizada a Rua José Gaudêncio Júnior, nº 1.115, no bairro Cerrado. Acolhe cerca de 30 crianças, oferecendo alimentação diária, acompanhamento e, sobretudo, afeto e atenção, reconhecendo que muitas delas carecem não apenas de recursos materiais, mas também de amor e acolhimento. Tiago vive a missão de cuidar desse espaço destinado a fazer o bem ao próximo.

A Sociedade São Vicente de Paulo de São Tiago construída por gerações de vicentinos e vicentinas, é um testemunho vivo de que a caridade transforma vidas e renova a esperança. Aos dias atuais, permanece como símbolo de fé e serviço, continuando a oferecer gestos concretos de solidariedade aos necessitados e enfermos, conforme os ensinamentos bíblicos. Exercendo um papel educativo e moral, estimulando valores de solidariedade, compaixão e compromisso comunitário. Seu trabalho é parte da própria história da Igreja, demonstrando que a fé, quando colocada em prática por meio da caridade, transforma realidades e constrói comunidades mais justas. A trajetória dos vicentinos são-tiaguenses é, parte essencial da identidade caritativa na ação cristã do serviço ao próximo.

A história da SSVP local desde sua fundação até os dias atuais, tem sido um exemplo vivo de como a caridade, quando organizada e inspirada pelo Evangelho, pode produzir frutos na vida das pessoas e da sociedade.

Mais do que um grupo, a SSVP constitui uma verdadeira obra de fé social, que une gerações de homens e mulheres dispostos a servir. Ao preservar sua memória e valorizar suas ações, a comunidade católica de São Tiago reafirma os ideais vicentinos de justiça, fraternidade e esperança, valores que continuam essenciais no mundo contemporâneo.

O Conselho Particular Vicentino de São Tiago está vinculado ao Conselho Central de Bom Sucesso e ao Conselho Metropolitano de Formiga.



GRUPO MONTE TABOR SANTIAGUENSE

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

- FUNDADO EM 02/07/1978 -

HOMENAGEM A UM LEGADO DE LUZ EM MEMÓRIA DE UM HOMEM QUE ACREDITAVA NA LUZ E A ESPALHOU

Hoje, diante de todos vocês, venho com o coração apertado de saudade, mas também imenso de orgulho. Este momento não é apenas uma homenagem ao meu pai, que já partiu deste mundo, é um abraço coletivo em tudo o que ele construiu com amor, coragem e fé.

Em 2 de julho de 1978, ele e um grupo de companheiros deram vida ao que hoje conhecemos como o Grupo Monte Tabor Santiagoense de Alcoólicos Anônimos. Eles não tinham garantias, holofotes ou recursos. Só tinham uns aos outros e uma firme esperança de que ninguém deveria enfrentar a dor do alcoolismo sozinho.

Quantas noites eles passaram estendendo a mão... quantas histórias carregaram nos ombros, quantas recaídas acolheram com paciência, quantas vitórias celebraram em silêncio... Eles sabiam que, no A.A., cada alma conta, cada esforço é sagrado, cada partilha pode salvar uma vida.

Meu pai deixou esse plano, mas sua voz ainda ecoa nos

gestos dos companheiros antigos, nos olhos cheios de esperança de quem chega ao grupo hoje, nos braços apertados que dizem: "Você não está sozinho."

E a cada pessoa que atravessa aquela porta, que decide tentar mais uma vez, o legado dele renasce. Ele vive em cada reencontro com a sobriedade. Ele vive na força do coletivo. Ele vive em nós.

Aos amigos daquela época e aos de agora: nossa eterna gratidão. Vocês mantêm viva a luz que meu pai ajudou a acender e uma luz que nunca se apagará.

São Tiago-MG, 06/07/2025

Texto de Hamilton Lara (filho do Sr. Pedro Lara, um dos fundadores do A.A. em São Tiago)

Pronunciado por ocasião do 47º aniversário do Grupo Monte Tabor.

Algumas histórias de nossa cidade em tempos remotos, ou tempos em que a luz era de querosene, em que o monsenhor andava em um carro grande, parecia um guarda-roupa de rodas, em que no rádio mantido por pilhas de marca Alex (uma que era verde e que era enfeitada por uma cocota) tocava o programa do Zé Betio de manhã e o resto do dia ficava passando uma tal de Rádio Relógio que ficava informando o tempo de minuto em minuto...

No circo do "Aibe" era marcante, pela família. A D. Rosária era muito querida e suas filhas eram lindas, de calças compridas então...hummm a mulecada ficava doida. Elas ensaiavam no fundo da horta da casa dela, que fazia divisa com os fundos da nossa casa (casa do Pedro Lara). Então, a meninada via as moças ensaiando os trapézios, nas mangueiras do fundo da horta. O Gerardin (meu irmão) não gostava de sair de trás do muro... Era um muro de adobe, mas já bem velho. De vez em quando o Gerardin derrubava mais um adobe, e o muro ia se acabando. No circo tinha o Zildeu, que jogava futebol. Era "bom de bola" e muito driblador. Mas era um circo pobre. Normalmente, enquanto a agenda não era preenchida, eles ficavam em São Tiago, por algumas semanas. O Aibe ficava indo de cidade em cidade em seu carro de marca TL, todo enfeitado e colorido com as marcas do Circo, para todas as cidades, buscando temporada para os próximos espetáculos. A D. Rosária foi professora no grupo escolar. Tinha uma filha que se casou com o Chico Vitorino. Histórias de São Tiago.... e dos ancestrais de nossa querida colega e amiga, Dângela. Reviver, faz acontecer.

Hamilton Lara Filho

Filhos do Sr. Aibe: Suela, Sueli, Suelane, Aibe Filho
Lolinha (esposa)

LEMBRANÇAS

Carlita Maria de Castro

Foi na década de 80. O método de ensino era bem diferente de hoje. Cobranças choviam de todos os lados.

Hoje vejo que fui rude, áspera, exigente. Por vezes, até agressiva. Queria meus alunos bons, ótimos, excelentes. Melhores em Português do que nos outros conteúdos. Supervalorizava meu conteúdo dizendo-o o mais importante na formação acadêmica do aluno. Compreendia que toda aprendizagem girava em torno da Língua Pátria: leitura, compreensão e interpretação, linguagem oral e escrita, produção, raciocínio e, por consequência, conhecimento do mundo.

Por isso sempre levei muito a sério a obediência às orientações superiores e ao programa apresentado no Livro Didático – Domingos Paschoal Cegala e/ou Magda Soares – investindo tudo no Planejamento Anual e na sua observância diária, quase cega.

Nessa época fui professora de uma das melhores turmas que tive nesses quarenta e seis anos de vocação profissional: sexta série, turma “A”. Classe quase homogênea, ótimo rendimento, alunos bem comportados, interessados, motivados, estudiosos, bem preparados. Objetivos e metas bem planejados e sempre vencidos.

Prova final. Vinte e cinco pontos. Horário extraturno, sem prazo para terminar. Lá fora chuvinha fraca. Todos os alunos presentes: da Sede e das Comunidades Rurais. Cada um tira sua folha de papel pautado, escreve o cabeçalho e copia do quadro:

Análise sintática e morfologicamente o período abaixo:
“Armas, num galho de árvore, o alçapão,
E, em breve, uma avezinha descuidada, batendo as asas, cai na escravidão.” (Olavo Bilac. O pássaro cativo.)
Silêncio total. Máxima concentração.

Depois de muitos minutos, alguns alunos começam a suspirar, a se mexer. Sinais de cansaço. Unhas roídas. Olhos fogem do papel e da prova. Desespero.

Uma aluna começa a chorar baixinho, depois convulsiva-



mente.

Aproximo. Bato o pé no chão e a mão na carteira, agressivamente, quase gritando:

– Engole esse choro. Controle-se. Concentre-se na prova. Você é tão ou mais inteligente que seus colegas. (E cito vários nomes, comparando-os).

A aluna respira fundo. Literalmente engole o choro e enxuga as lágrimas. Debruça-se sobre a folha de papel. É a última a entregar a prova. Consegue dezoito pontos!

Orgulhosa do resultado alcançado por aquela aluna, sentindo-me vitoriosa pelo seu sucesso, guardo meu material e venho embora. Na frente da escola, a menina está sentada no passeio. Debaixo da chuva, me chama, chorando convulsivamente:

– D. Carlita, não sou inteligente como meus colegas. Tenho muitas dificuldades. Dedico-me dia e noite e estudo muito para conseguir notas iguais às deles.

Abraço aquela criança e a abrigo debaixo da minha sombrinha. Peço-lhe desculpas e a levo até sua casa, justificando-me com seus pais.

Alguns anos depois, ela, já formada em curso superior, tornou-se minha companheira de trabalho. Numa reunião de professores, conforme o tema abordado, dei esse testemunho contando tal fato. Pedi perdão a ela publicamente.

Hoje ela já não é professora. Fez mais dois cursos superiores: pode ser excelente profissional nas áreas de Pedagogia ou Saúde, mas prefere advogar defendendo causas dos injustiçados.

Nunca me esqueci dessa “injustiça”. Creio que nem minha ex-aluna.

IHGST REALIZA HOMENAGEM E EVENTOS CULTURAIS EM OUTUBRO

Marcus Santiago

O mês de outubro foi marcado por importantes encontros e atividades promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago (IHGST), voltados à memória, cultura e reflexão.

No dia 29, o Instituto realizou um encontro especial para homenagear **D. Nilda Reis Mata**. A homenageada foi reconhecida mais uma vez por sua admirável trajetória pessoal e profissional. Na ocasião, também celebrou seu centenário, pois completará 100 anos em 19 de novembro de 2025. O encontro se encerrou com um momento de confraternização, durante o qual os presentes saborearam café com biscoitos, tornando a celebração ainda mais afetiva.

Além dessa homenagem, o IHGST promoveu dois outros eventos de destaque em outubro: **II Café Filosófico**, realizado no dia 23, com o tema “O tempo e o viver – entre a pressa e o cuidado”, que proporcionou aos participantes reflexões sobre a vida contemporânea e o valor do tempo. **Lançamento do livro “Jesus, abraço de Deus”**, de autoria do Revmo. Pe. Yuri Lamounier Mombrini Lira, ocorrido no dia 31. Ambos os eventos contaram com o apoio da Biblioteca Pública Municipal “Joaquim



Pinto Lara” e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O IHGST agradece a todos os colaboradores e participantes que contribuem para a promoção da cultura, da história e da memória de São Tiago.



FAZENDA DA CARAPUÇA SÃO TIAGO ALGUNS SUBSIDIOS HISTÓRICOS

Sobre a Fazenda da Carapuça, descreveu o botânico francês Saint Hilaire onde se hospedou em março de 1819, por ele denominada genericamente “Fazenda do Capitão Pedro”: “A fazenda do Capitão Pedro tem duas léguas de extensão. É dedicada ao cultivo de milho, de feijão e de arroz e a criação de gado e de porcos (...) Cultiva-se também um pouco de algodão (...) Já a cana de açúcar parece adaptar-se melhor aí do que em qualquer outra região que eu percorreria ao deixar o Rio das Mortes” Outro viajante estrangeiro que passou pela região da Carapuça foi o mineralogista alemão Barão Von Eschwege²

Dentre os registros mais antigos sobre a Fazenda da Carapuça está o testamento do Cap. Pedro Rodrigues de Faria, datado de 04-02-1819, onde arrola, dentre seus bens, “outra fazenda com casas de vivenda denominada Carapuça, que foi do falecido Custódio Machado Ferreira³”.

Sobre Custódio Machado Ferreira, sabemos que era filho de Pedro Machado Ferreira e Rosa Mariana de Borba; casou em 1ªs nupcias com Ana Rosa de Jesus; viúvo, consorciou em 2ªs nupcias com Dª Maria Bernarda de Jesus, aos 28-10-1795 na capela da Lage, esta, filha de Pedro da Costa e Bernarda Josefa da Estrela (família José Andrade Braga)

Dª Maria Bernarda já era falecida em 1817. Custódio Machado foi padrinho de batismo de Vicência, aos 01-08-1803 e de Gernemias, batizado aos 05-11-1809, na capela de São João Batista, ambos filhos de Marcelo Marques de Carvalho e Teodora Vicência de Jesus.⁴

De acordo com o inventário do Cap. Pedro Rodrigues de Faria datado de 1823⁵, com o seu falecimento, a fazenda passaria a seu filho o Cap. Pedro Duarte de Faria, batizado aos 26-11-1786 na capela de São Tiago e falecido na fazenda da Carapuça aos 27-03-1832. Solteiro, Cap Pedro Duarte deixaria legados à sua

mãe Ana Maria de Jesus, a vários sobrinhos, afilhados e “todo o remanescente da terça às minhas mulatas Eufrásia e Mafalda com igualdade”.

Segundo a cronologia, conforme o inventário de Cap. Pedro Duarte de Faria datado de 28-06-1832, sendo inventariante seu irmão Pe. José dos Santos de Faria, a Fazenda da Carapuça é discriminada/composta por 191 alqueires de plantação de milho em capoeira, 5 alqueires de mato virgem, 385 alqueires de campo no valor de 5:516\$000, além de benfeitorias de terreiro compostas por casas de vivenda assobradadas, ermida, engenho, paiol, moinho e outras benfeitorias no valor de 2:400\$000⁶.

Pelo seu inventário e relatos de Saint-Hilaire, pode-se constatar que o Cap. Pedro Duarte de Faria desenvolvia atividades agronegociais diversificadas, como o cultivo de cana e produção de derivados, provavelmente açúcar e aguardente; 151 alqueires cultivados de algodão, 90 alqueires de milho, com o concurso de 31 escravos. Era proprietário, ademais, de bois de carro, vacas, bestas, equinos e suínos.

Dª Ana Maria de Jesus – uma das maiores latifundiárias da região, à época, senão da província – tornar-se-ia, com o falecimento de seu filho Cap. Pedro Duarte, a proprietária da fazenda, ai falecendo aos 03-08-1851, aos 86 anos. Em seu inventário (1852), a Fazenda da Carapuça constava com 249 alqueires de cultura, 3 de matos virgens, 602 alqueires de campos no valor de 22:318\$000, além de benfeitorias no terreiro no valor de 3:000\$000⁷.

Dª Ana Maria de Jesus, era filha de Caetano de Carvalho Duarte e Catarina de São José; casou aos 22-11-1784 em São Miguel do Cajuru com Pedro Rodrigues de Faria, filho de João Rodrigues de Faria (+ 06-03-1805) e Izabel do Rosário (+ 16-08-1817), proprietários da Fazenda Retiro das Laranjeiras. Pedro Rodrigues de Faria faleceu aos 09-08-1823 e Dª Ana Maria de Jesus aos 03-10-1851⁸. Da união so casal nasceram Petronilha Carolina de Jesus.

1 Viagens às nascentes do Rio São Francisco e a Província de Goiás” S. Paulo, Edusp, 1975, p. 84

2 Sobre a passagem de Von Eschwege por nossa região ver matéria em nosso boletim n CXLVII – dez./2019.

3 Projeto Compartilhar – Pedro Machado Ferreira e Rosa Mariana da Borba / GeneaMinas – Custódio Machado Ferreira e Maria Bernarda de Jesus.

4 Projeto Compartilhar – Ávila Raposo

5 IPHAN/SJDR Inventário do Cap. Pedro Rodrigues de Faria. Ano 1823 – Cx. 497

6 IPHAN/SJDR Inventário do Cap. Pedro Duarte de Faria. Ano 1832. Cx. 520

7 O General-Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos que passou por São Tiago em abril de 1825 ??? faz referências ao “engenho de Dona Ana” onde pernitoitou.

8 IPHAN/SJDR Inventário de Dª Ana Maria de Jesus. Ano 1853. Cx. 108.



Antiga fazenda da Carapuça – ruínas

D^a Petronilha Carolina de Jesus, nascida em 1808, com 15 anos em 1823 na época do inventário paterno, casou com José de Sá Rocha, aos 20–02-1825 na ermida da fazenda Retiro, propriedade de D. Ana Maria. Falecida em outubro de 1836, inventariada aos 28-04-1837. Da união de Petronilha com José de Sá, nasceram os seguintes filhos, conforme consta em inventário materno: 1. Estevão de Sá Rocha, com 10 anos (1837) e 23 anos (1852), morador no distrito de São João Batista; 2. Ana Clara da Conceição com 9 anos (1837) e falecida aos 10-12-1873 em Bom Sucesso. Ana Clara, casou em 1852 com Antonio Ferreira da Silva (1817/02-07-1890), e ela e o esposo foram proprietários da Fazenda Tartária. Antonio Ferreira faleceu aos 02-07-1890⁹. 3. José Pedro de Sá Rocha com 7 anos (1837), 21 anos (1852), morador em Bom Sucesso; 4. Vicente de Sá Rocha, com 6 anos (1837) e 19 anos (1852), morador em São João Batista; 5. João Batista de Sá Rocha com 5 anos (1837) e 17 anos (1852), morador em São João Batista; 6. Joaquim de Sá Rocha com 3 anos (1837) e 16 anos (1852), morador em São João Batista; 7. Francisca Carolina de Jesus com 2 anos (1837) c/c seu primo José Esteves de Souza Monteiro (+ 1854) em 1^{as} nupcias e em 2^{as} nupcias com Ananias Pinto de Barros (1816-1911).¹⁰

Viúvo de Petronilha, José de Sá Rocha, batizado aos 22-05-1802 na capela de São Tiago, era filho de Paulo Rodrigues Rocha (1777-1854) e Ana Clara da Conceição (...-1831) casou-se em 2^{as} nupcias com Beralda Circumspecta da Silveira (1812-1896), filha de João Machado Rodrigues F^o (1762-1844) e Esméria Francisca da Silveira (em alguns registros Esméria Francisca de Belém).

D^a Beralda foi batizada aos 23-05-1812 na capela de São João Batista, falecida em 1896. O Casal José de Sá e Beralda tiveram os seguintes filhos: I. Paulo Rodrigues Rocha (1841-1923). II. Lourença; III. Petronilha¹¹

Francisca, que recebe da avó materna, partes da sede e terras da Fazenda da Carapuça, como já dito, era filha de José de Sá Rocha e Petronilha Carolina de Jesus, foi casada em primeiras nupcias com seu primo José Esteves de Souza Monteiro (+1854 e batizado aos 15/08/1830)¹², união sem filhos; e em segundas nupcias, com Ananias Pinto de Barros (1816-1911)¹³ com quem teve os seguintes filhos: 1-João Pinto de Barros, nascido em São Tiago em 1856; com 17 anos (1872, inventário materno) C/C Belmites Ozória da Silva (sic) (1862-1931), filha de Anto-

nio Ferreira da Silva e Ana Clara da Conceição, naturais de Bom Sucesso. D^a Belmites (Belmira) era np de José Ferreira da Silva e Ângela Rodrigues (família Antonio de Faria Moreira) e nm de José de Sá Pacheco e Petronilha Carolina de Jesus (casados aos 20-02-1825 na Ermida da Fazenda Retiro de D^a Ana Maria), bisneta paterna do Ten Paulo Rodrigues Pacheco e Ana Clara da Conceição e bisneta materna do Cap. Pedro Rodrigues de Faria e Ana Maria de Jesus. Casal com geração. (Rol de filhos de João Pinto de Barros e Belmites Ferreira é/está discriminado nesta presente matéria) Antonio Ferreira da Silva faleceu aos 02-07-1890 e D^a Ana Clara da Conceição aos 10-12-1873, sepultados em Bom Sucesso. 2- Antonio Pinto de Barros, nascido em São Tiago em 1858; com 15 anos (1872) Casou-se em Bom Sucesso aos 07-06-1879 com Amélia Augusta de Souza (1865-1944), filha de Joaquim de Souza Monteiro e Ângela Cândida da Silveira. Antonio era gêmeo de José Pinto de Barros. Com geração. 3- José Pinto de Barros, nascido em São Tiago em 1858; com 15 anos (1872), irmão gêmeo de Antonio. Casou-se em Bom Sucesso aos 04-02-1888 com Ana Cândida de Souza (1869-1923) filha de Joaquim Leonel de Carvalho e Ana Cândida de Souza. José Pinto foi sepultado em Bom Sucesso aos 22-04-1945. Com geração. 4- Joaquim Pinto de Barros, batizado em São Tiago aos 24-12-1860. Com 13 anos em 1872; Casou-se em São Tiago aos 26-09-1891 com Adelaide Balbina da Mata (1872-1925) filha de José Pedro da Matta e Balbina Lina Viana. Moradores da Fazenda da Cachoeirinha, próxima ao rio dos Taboões. Joaquim Pinto faleceu em Bom Sucesso, na Rua do Rosário, aos 27-10-1920. Sem geração. 5- Petronilha Pinto de Barros, nascida em São Tiago em 1862; 11 anos (1872); Casou-se em São Tiago aos 11-02-1888 com Antonio Francisco Pinto de Resende, seu primo, filho de Francisco Pinto de Barros e Ana Francisca de São José. Com geração¹⁴.

Ananias Pinto de Barros e Francisca Carolina, além da Fazenda da Carapuça, eram proprietários das Fazendas dos Pinheiros, Ribeirão das Almas, Jacaré e Patrimônio.¹⁵

A Fazenda da Carapuça, conforme consta no inventário de D^a Francisca Carolina de Jesus (1872) avaliada à época em 10:950\$000, incluía terras, criações e ainda sítio e benfeitorias na Fazenda constituídas por casa de morada coberta de telhas, engenho de bois e seus utensílios, moinho, paiol, senzalas, currais de pe-

9 Filhos deste casal segundo inventário paterno: 1. José Ferreira da Silva, casado, 42 anos (1890) 2. Vicente Ferreira da Silva, casado, 40 anos; 3. Petronilha Cândida de Jesus, casada 37 anos; 4. Ladislau Ferreira da Silva, casado, 35 anos; 5. Belmira Ozória da Silva, casada 30 anos; 6. Nominato Ferreira da Silva, solteiro, 22 anos; 10 Fonte: Projeto Compartilhar – Ana Maria de Jesus)

11 Geneaminas / Family Search.

12 Família Souza Monteiro-Monteiro Lopes

13 Projeto Compartilhar – Ana Maria de Jesus

14 Informações/Pesquisas do historiador Vinicius Mata, a quem, uma vez mais, muito agradecemos.

15 COARPE. Inventário de Francisca Carolina de Jesus – 1872 – Cx. 1639. Fazenda Ribeirão das Almas, com vários nomes ao longo do tempo (Mata das Almas, Córrego das Almas, Cruz das Almas) avaliada em 1:120\$000 e partes de uma casa de vivenda coberta de telhas – 150\$000; Fazenda dos Pinheiros com casa de morada, avaliada em 800\$000; Fazenda Patrimônio, oriunda de herança de D^a Francisca Carolina, no valor de 1:000\$000 e ainda uma “vargem grande na região da Carapuça” no valor de 622\$000.



dra, tenda de ferreiro, casas de despejo e todos os seus pertencentes avaliados em 4:000\$000. Foram arrolados, ainda, 21 escravos, sendo 4 crianças entre 3 e 13 anos, 6 mulheres entre 20 e 51 anos e 11 homens entre 16 e 59 anos. Ressalte-se, ademais, o grande número de bois de carro mencionados, cerca de 54, avaliados em 2:430\$000, algo comum à época, nas propriedades de maior porte, destinados aos serviços da fazenda e transporte da produção para os centros abastecedores como São João Del-Rei, então uma praça comercial importadora e exportadora de gêneros alimentícios interprovincial, especialmente para a Corte-Rio de Janeiro¹⁶

Mediante herança da esposa Francisca em 18/11/1872 e compra de partes de herdeiros, a fazenda passaria, meados a final do século XIX, à Ananias Pinto de Barros (1816-06/05/1911)¹⁷.

Ananias Pinto de Barros, nascido em 1816, faleceu em São Tiago aos 06-05-1911, com a idade avançada de 95 anos. Era filho de Manoel Pinto de Barros, este, batizado em Oliveira aos 12-06-1783 e aí falecido aos 15-12-1860, e de D^a Rozenda Delfina de Jesus, ela, batizada em Congonhas aos 28-11-1787.

O casal Manoel e Rozenda, foram proprietários da Fazenda dos Pintos em Oliveira. Casal com 16 filhos, sendo um deles Ananias Pinto de Barros¹⁸.

Sobre o avô de Ananias, o Alferes Manoel Pinto de Barros, homônimo do seu pai, (1742/1795) sabe-se que era português de Valongo, Porto e sua esposa, avó de Ananias, D^a Ana Maria da Encarnação (1741-1803) natural da freguesia de Prados; nm do Alferes Antonio Afonso Bragança, natural de Congonhas e de D^a Ana Francisca de Santana, natural de Lagoa Dourada.

Manoel Pinto de Barros, pai de Ananias, era morador na Fazenda dos Pintos, em Oliveira, aí falecendo aos 15-12-1860¹⁹.

Ananias Pinto de Barros, casou-se em segundas núpcias com D^a Petronilha Carolina de Jesus em Bom Sucesso aos 23-05-1877, sem geração. D^a Petronilha Carolina de Jesus nasceu em Bom Sucesso aos 28-04-1852, batizada aos 23 de maio do mesmo ano; era filha de Antonio Ferreira da Silva (1817-02/07/1890) e Ana Clara da Conceição (1827-10/12/1873) e faleceu na Fazenda da Carapuça aos 30-03-1899.

O casamento dos filhos (de Ananias) levaria à desintegração/divisão da Fazenda, formando-se pequenos e/ou médios sítios. O patriarca, Ananias Pinto de Barros, promovera, contudo, em vida uma partilha amigável entre os filhos, sendo a Fazenda da Carapuça o principal bem do patrimônio familiar. Família muito rica, somente na partilha da Fazenda da Carapuça (1909) constam 95 alqueires e meia quarta de campos avaliados em 80 mil réis o alqueire, no total de 7:620\$000; 70 alqueires de cultura em capões avaliados em cem mil réis o alqueire, no total de sete contos de réis; 60 alqueires de cultura na mata, avaliados a cento e vinte e cinco mil réis o alqueire, no total de 7:200\$000, importando o total da fazenda em 225 alqueires de terras no valor de 21:820\$000.

16 COARPE Inventário de Francisca Carolina de Jesus – 1872 – Cx. 1639.

17 COARPE Inventário de Francisca Carolina de Jesus – 1872 – Cx. 1639. Quando do inventário e divisão de bens de D^a Francisca Carolina de Jesus (1872), o herdeiro João Pinto de Barros recebeu os escravos Severo, avaliado em 1:500\$000; Jacinta avaliada em 750\$000 e o filho desta, Aleixo, avaliado em 450\$000. Um detalhe interessante no tocante à divisão de escravos foi a recomendação de “não separar os filhos das mães”, algo sempre traumático e tenso no período escravagista, ou seja a separação/ruptura de laços familiares entre os cativos. A legislação imperial da época – Lei de 28-09-1871 proibia a separação de casais e filhos menores de 12 anos, seja para venda, doação ou herança. Estava já em vigor, ademais, a Lei do Ventre Livre, de 28-09-1871, que tornava livre toda criança filha de escravos, nascida a partir da citada data de promulgação da lei.

18 O clã Pinto de Barros de nossa região se concentrou principalmente em Carmópolis de Minas. O casal Manoel Pinto de Barros, e Rozenda Delfina de Jesus, tiveram os seguintes filhos: I. Jerônimo Pinto de Barros (1803-1863); II. Antonio Pinto de Barros (1805-1888); III. Ana Rita Pinto de Barros (1806-....); IV. João Pinto de Barros (1808-....); V. Laura Delfina de Jesus (1809-....), c/c Carlos José de Souza; VI. Ezequiel Pinto de Barros (22/04/1811-1872), c/c Antonia Cândida de Castro; VII. Manoel Pinto de Barros (15/04/1813-....) c/c D^a Joaquina; VIII. Felisbina Pinto de Barros (1817-....); IX. Graciano Pinto de Barros (1820-....); X. Teodora Pinto de Barros (1822-....); XI. Francisco Pinto de Barros (1827-1913) c/c Ana Francisca Faria de São José (1838-1886); XII. José Joaquim Pinto de Barros (1835-....); XIII. Pedro Pinto de Barros (1830-....); XIV. Maria das Dores Resende Barros; XV. Bertolino Pinto de Barros; XI. Ananias Pinto de Barros (1816-1911) Fonte: “Genealogia Mineira – Genealogia e História da Família Pinto de Barros” – Ronaldo van Putten de Vasconcelos, Ed. Autor, 2022, pp. 30/31 e ainda o site GeneaMinas).

19 Pesquisa de Vinícius da Mata.

Em 2º plano, a Fazenda dos “Pinheiros”, no lugar denominado Chapada em São Tiago, avaliada em 196\$000. Ananias Pinto possuía ainda outras propriedades na região, em especial em Bom Sucesso, a saber:

Terreno com 38 m. de frente e cem metros de fundo, cercado de muros e pedras na cidade de Bom Sucesso, à rua do Rosário, avaliado em 500\$000

Um pasto de gordura com meio alqueire fechado com valo e muros na cidade de Bom Sucesso, avaliado em 400\$000;

Casa de sobrado coberta de telhas na Rua do Rosário em Bom Sucesso, avaliada em 2:000\$000;

Casa térrea coberta de telhas, com quintal murado, no Largo da Matriz em Bom Sucesso, avaliada em 500\$000;

Sobrado coberto de telhas na cidade de Ob Sucesso, avaliado em 2:000\$000²⁰;

João Pinto de Barros requereu partilha/divisão das terras que, até então (1909) estavam em regime condominial familiar²¹ Passaria, dessa forma, a propriedade séde, em inícios do século XX, ao casal João Pinto de Barros c/c Belmites Ferreira da Silva, inventariados, respectivamente, em 1920 e 1931. Em alguns documentos, ela é mencionada como “Belmides Ozória da Silva”, familiar e popularmente conhecida/referenciada como “Síá Belmira”)

Do casamento de João Pinto e Belmites, nasceram os seguintes filhos: 1 Alziro Ferreira da Silva (em alguns documentos Izirio Ferreira) c/c Alice Morato, 2 Orozimbo Ferreira Pinto, solteiro; 3 Maria da Conceição Ferreira, com 26 anos (1914) c/c Aristides Costa médico²², aos 14-05-1914 na Fazenda da Carapuça. Ao se casar, Maria recebeu um dote de 8:500\$000. O casal Dr. Aristides e Maria, com 5 filhos, veio a se desquitam oficialmente aos 26-07-1924, conforme sentença judicial de 08-10-1923, comarca de Oliveira e Livro de casamentos do Cartório Civil de São Tiago – 1909-1923 – n. 2B, fls. 53.²³

Viúva, desejando domiciliar-se em Bom Sucesso, D^a Belmites, onde viria a falecer em 1931, vendeu a propriedade para Américo José de Castro, conforme escritura de compra e venda lavrada aos 18-05-1923²⁴

Américo era filho de Modesto José de Castro (1847) e Margarida Rainha dos Anjos. O casal Modesto e Margarida tiveram sete filhas e oito filhos²⁵, dentre eles Américo José de Castro.

Américo José de Castro (05/03/1881 – 29/7/1967) casou-se com Vicência Paulina dos Reis em 15/10/1906. Vicência era filha de Ana Gertrudes de Faria e José Joaquim dos Reis (27/2/1890–

20 COARPE Documento de Partilha – 1909 – Cx. 1574 .

21 COARPE. Documentos de divisão datados de 18-07-1909 – Cx. 1512.

22 Dr. Aristides Costa era irmão de Custódio Costa, farmacêutico e conhecido político da região em meados do século XX e prefeito de Cláudio entre 1936 a 1946, à época da ditadura getulista. (Estado Novo)

23 COARPE Testamento de Belmites Ferreira da Silva – 1931 – Cx. 1424.

24 (Livro 3-A, fls. 131).

25 Filhos do casal: 1. Ambrosina a única das filhas que se casou teve 8 filhos e foi morar em área rural nas proximidades de São João del rei; 2. Maria José (Pexona); 3. Francisca Felisberta chamada também de Chica ou Chiquinha (nome herdado de sua vó paterna), 4. Josefina (Fina); 5. Angelina; 6. Juscelina (Jorça); 7. Minelvína (Minerva); 8. José Joaquim, 9. Políbio, 10. Orosimbo, 11. Antonio, 12. Américo José de Castro (1880 faleceu em 29/7/1967) casado com Vicência Paulina dos Reis 27/2/1890- 13/09/1978. 13. Olímpio José de Castro 16/11/1891 faleceu em 2/2/1969, casado em primeiras núpcias com Maria Cristina de Jesus (Sá Mulata) tiveram 11 filhos: José Mascena de Castro, Messias Mascena de Castro, Vicente Mascena de Castro, Geraldo Mascena de Castro, Antônio Mascena de Castro, Vicente Mascena de Castro, Maria Olímpia de Castro, Francisca Olímpia de Castro, Brígida Olímpia de Castro, Margarida Olímpia de Castro, Ambrosina Olímpia de Paiva, Olímpia Maria de Castro. Casado em segundas núpcias; Floripes Maria de Castro e tiveram 8 filhos: José Luís de Castro, Maria Olímpia de Castro (Marieta), Modesto de Castro Neto, Juscelina Olímpia de Castro (Jorça) Ramiro Olímpio de Castro, Olímpio Damascena de Castro, Murilo Olímpio de Castro (Murilo) Teresinha Olímpia de Castro; 14. Obejar José de Castro 1/10/1895 faleceu em fevereiro de 1980 foi casado com Maria José de Castro (dona Ziquinha) ela filha de seu primo João Camilo de Castro. O casal teve 11 filhos: José Resende de Castro, Modesto de Castro, Antônio de Castro, Francisco de Castro, (este morreu aos 17 anos de problemas cardíacos), Flausino José de Castro, Jair Camilo de Castro, Maria de Castro (falecida na infância) Margarida de Castro, as gêmeas, Dulce Margarida de Castro e Dilce Margarida de Castro e Obejar Lázaro de Castro. Filhos adotivos Miguel, João (este com o apelido de Diamante e outro com apelido de Melado. Eram filhos de uma mulher negra chamada Felipa que ficou viúva. Também criou Geraldo “Preto” filho de uma parteira. 15. Benjamim, casou-se com Carlita (filha de seu primo João Camilo de Castro) . Ver também: BOLETIM MARÇO 2024 ANO XVII N CXCVIII



13/09/1978.), deste casamento nasceram 15 filhos e o casal ainda criou outros dois²⁶.

Américo foi um homem íntegro, trabalhador, franco, dotado de princípios de religiosidade, polidez e disciplina, era fazendeiro e grande produtor, foi um homem atuante e participativo no desenvolvimento da comunidade. A história da Carapuça está ligada a história de Américo e posteriormente da filha caçula, Antonia Maria de Castro (4/8/1932) que viveu praticamente toda sua vida nas terras do povoado e que nutria pelo lugar e pelas pessoas que lá viviam um amor inmensurável.

Antonia era a filha mais nova do casal Vicência e Américo. Ela se casou com Felício Caputo em 30/10/1948, desta união nasceram 12 filhos Antonio Tarcísio Caputo, Rogéria, Rozânia, Ricardo Caputo, Maria Magna, Vilma. Ela deixou suas memórias registradas em um livro onde narra histórias de sua infância junto a seus pais e irmãos e sua trajetória de vida já casada no povoado da Carapuça.

Além da carapuça Américo possuía outras propriedades como a fazenda do Buracão, onde vivia com sua família. O "Buracão" era uma unidade produtiva muito independente. Conforme descreveu

Antonia Maria de Castro, em suas memórias, a fazenda do Buracão produzia praticamente tudo que era consumido pelos moradores, arroz, feijão, fubá, carnes variadas, polvilho, açúcar e seus derivados, farinha de milho, inhame e outros tubérculos, leite, requeijão coalhada, queijo, as cordas e o couro de cangar as vacas e tantas outras coisas, como as frutas, usadas para fazer doces.

Também a educação formal e religiosa acontecia dentro da própria fazenda, por ser um homem muito religioso e de muita fé, Américo fazia questão de ensinar o catecismo para os filhos e os preparava para receber a primeira comunhão. Já a educação formal acontecia no ambiente doméstico com professoras que eram contratadas de tempos em tempos para dar aula para as crianças.

Sobre a Carapuça, tendo se formado, pré e pós abolição, um aglomerado em torno à sede (edificação senhorial) em parte por ex-escravos, o novo proprietário, Américo de Castro, doou a área ao padroeiro São Pedro, sob tutela da Igreja, hoje a povoação de São Pedro de Carapuça. Comunidade que vem atraindo a atenção/reconhecimento por sua condição identitária negra – ancestralidade, consciência, memória e território com reminiscências e características quilombolas, formada e consolidada em torno à antiga fazenda²⁷.

Fontes básicas para a presente matéria:

Leticia Silva Almeida – "A Carapuça que serviu – a transição da fazenda escravocrata à comunidade negra rural na região das Vertentes" UFSJ, (2025).

Informações/Pesquisas do historiador Vinicius da Mata Oliveira e Elizabeth Márcia dos Santos.

Projeto compartilhar – Ana Maria de Jesus / Cap. Pedro Duarte de Faria.

26 1. Antonio José de Castro; 2. José Joaquim de Castro (casou-se com Tereza Candida Lara, chamada de Iaiá, tiveram 14 filhos, Adail, José Murilo de Castro, Antonio Moacir de Castro, Edvar Olacir de Castro, Francisco Américo de Castro, Alaide, Dulcilene, Romeu, Benedito, Romilda, Dário René de Castro, Américo, Lucina e Ronan); 3. João José de Castro; 4. Pedro Américo de Castro; 5. Francisco José de Castro; 6. Tiago José de Castro; 7. Agostinho José de Castro; 8. Vicente José de Castro; 9. Isabel Maria de Castro 3/6/1923- 11/02/2005) casou-se com José Vieira de Andrade e tiveram 7 filhos, Antonia Maria de Andrade, Maria Catarina de Andrade, Heliodora das Dores de Andrade, Darci Maria de Andrade, José Simão de Andrade, Guilherme Aparecido de Andrade e Cláudia Maria de Andrade; 10. Ambrozina Maria de Castro; 11. Margarida Maria de Castro casou-se com José Agenor e tiveram, Maria de Lourdes e Luzia; 12. Tereza Maria de Jesus; 13. Antonia Maria de Castro (4/8/1932) casou-se com Felício Caputo em 30/10/1948, tiveram 12 filhos Antonio Tarcísio Caputo, Rogéria, Rozânia, Ricardo Caputo, Maria Magna, Vilma; 14. Ana Maria de Castro (Donana) solteira; 15. Maria José de Castro; e os dois de criação: conhecidos como Domingos Mateus (Dodô) e José Silva

27 Pelo Censo Imperial de 1872, a paróquia de São Tiago contava uma população de 4.226 pessoas, sendo 1.897 homens e 1.659 mulheres livres, num total de 3.556 pessoas; e ainda 358 homens e 312 mulheres escravas, num total de 670 pessoas cativas.

Registramos/Parabenizamos

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, presenteou o Papa Leão XIV com produtos mineiros, dentre eles o Doce de leite DOM, de fabricação Sãotiaguense, em um encontro recente no Vaticano, realizado em 22 de outubro de 2025.



Realização:



Apoio:

